



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE MÚSICA

MATHEUS FILLIPE DA SILVA

**PANORAMA DO ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA EM SERGIPE: ESTUDO DE DADOS DA
REDE ESTADUAL, CMS E UFS**

São Cristóvão
2024

MATHEUS FILLIPE DA SILVA

**PANORAMA DO ENSINO DE MÚSICA PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA EM SERGIPE: ESTUDO DE DADOS DA REDE
ESTADUAL, CMS E UFS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Música da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito para obtenção do Grau de
Licenciado em Música.

Orientador(a): Profa. Dra. Aline Soares Araújo

São Cristóvão

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter sido luz em dias de escuridão. Naqueles dias em que o desânimo me cobria e quase me fez desistir, me fazendo sentir ser incapaz, Deus me falava o contrário e me dava forças para superar esse obstáculo, guiando meus pensamentos na solução daquilo que precisava ser solucionado e guiando minhas mãos naquilo que precisava ser escrito.

Agradeço à minha querida filha Bianca, meu bem mais preciso e a maior benção que Deus em sua infinita bondade me concedeu. Você me apresentou o mais puro amor, momentos de felicidade sem tamanho e engrandecimento enquanto homem e pai. A você e por você eu dedico todas as minhas conquistas.

Agradeço aos meus queridos pais, dona Izabel e senhor Mário, pela paciência que sempre tiveram comigo e pelos puxões de orelha. Me sinto uma pessoa de muita sorte por ter sido criado por pais que me deram muito amor e educação. Vocês são minha fortaleza. Amo muito vocês.

Agradeço aos meus amigos Ytalo e Leandro. Amigos de longa data que me proporcionam momentos de muita diversão, descontração e conselhos valiosos. Sempre estiveram ali quando mais precisei. Com vocês, minha vida fica mais leve.

Agradeço a todas as oportunidades que a Universidade Federal de Sergipe me proporcionou de crescer enquanto músico. Foram muitas apresentações com grupos musicais como a OSUFS e a Banda Sinfônica da UFS na qual estive à frente brevemente. Esses me enriqueceram grandemente como músico profissional.

Agradeço a cada um dos professores do Departamento de Música da UFS. Não consigo mensurar o quanto vocês são importantes na vida de cada aluno, não somente por serem os professores do Departamento de Música, mas também por serem a visão que nós alunos temos de profissionais da docência do mais alto nível. A vocês, meu muito obrigado por cada ensinamento

Obrigado também aos meus queridos alunos e ex-alunos que sempre foram o motivo pelo qual eu sentia que precisava sempre estar me aprimorando didaticamente. Em especial ao meu amigo João Vitor que passou de um aluno para meu colega de bancada na OSUFS. Foi uma honra e uma satisfação ver o seu crescimento musical.

E por último um agradecimento todo especial à minha orientadora Aline Araújo. Sei que nada disso seria possível sem sua ajuda. Você é uma grande profissional e um exemplo a ser seguido. Eu devo muito a você por diversos motivos e sempre irei guardá-la em um lugar especial no meu coração.

SILVA, Matheus Fillipe da. **Panorama do ensino de música para pessoas com deficiência em Sergipe:** estudo de dados da rede estadual, CMS e UFS. Orientadora: Aline Soares Araújo. 2024. 107 f. il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música) – Departamento de Música, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

RESUMO

Essa pesquisa tem como propósito apresentar um panorama do ensino de música para pessoa com deficiência no estado de Sergipe. Isso será feito através de um levantamento de dados públicos da rede estadual de ensino, do Conservatório de Música de Sergipe e do Departamento de Música da UFS, a fim de apresentar quantas e quais escolas contam, no seu quadro de docentes, com professores licenciados em música, e quantos desses professores possuem algum tipo de qualificação voltada ao ensino de música para pessoas com deficiência. Antes de fornecer os dados e sua análise, o trabalho irá apresentar um levantamento bibliográfico a respeito da figura da pessoa com deficiência no decorrer da história. Em seguida, serão apresentados os principais pontos da legislação brasileira que garantem os direitos das PcDs no âmbito da educação e, também, aspectos da Educação Musical como termos e definições, tecnologias assistivas e a importância da formação docente. Ao final, será apresentado o levantamento numérico com 318 escolas da rede estadual de ensino que contam com 23 professores licenciados em música, em que apenas dois possuem alguma formação em educação musical inclusiva – o levantamento do Conservatório de Música de Sergipe, que conta com nove professores com alguma formação em educação inclusiva – o levantamento do Departamento de Música da Universidade Federal de Sergipe, que conta com 2 professores com algum tipo de formação em educação inclusiva.

Palavra-chave: Educação musical inclusiva. Pessoa com deficiência. Professor de música. Educação musical inclusiva em Sergipe.

“A maior deficiência não está no corpo da pessoa
com deficiência, mas sim na alma do
preconceituoso”

Sebastião Barros Travassos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AS SOCIEDADES: UM RELATO HISTÓRICO	13
2.1 HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	31
3 LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	37
4 ESTUDOS NACIONAIS DA EDUCAÇÃO MUSICAL PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	47
4.1 TERMOS E DEFINIÇÕES NA EDUCAÇÃO MUSICAL	47
4.2 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO ENSINO DE MÚSICA	50
4.3 FORMAÇÃO DOCENTE.....	58
4.4 CAMINHOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO MUSICAL INCLUSIVA.....	60
5 ENSINO DE MÚSICA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM SERGIPE	64
5.1 ESCOLAS ESTADUAIS DE SERGIPE.....	66
5.2 CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SERGIPE	70
5.3 DEPARTAMENTO DE MÚSICA DA UFS	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79
ANEXO	85

1 INTRODUÇÃO

Diversos registros históricos catalogados e/ou recuperados durante pesquisas arqueológicas relatam como era a vivência das pessoas com deficiência (PcD)¹ em distintos momentos temporais. Nesse sentido, Miolla e Amaral (2011, p.2) apontam em seu trabalho que não existem registros escritos a respeito da existência da pessoa com deficiência em eras tão antigas quanto a era pré-histórica. O que existem são apenas indícios arqueológicos que mostram a existência dessas pessoas em tribos e, também, o quão era difícil sua sobrevivência devido às condições ambientais da época, que exigiam locomoção, caça, estoque de comida para longos períodos, dentre outras coisas.

À medida em que a humanidade vai se desenvolvendo no aspecto comunicativo, esses registros começam a se tornar mais precisos. Passam a relatar não somente a existência da pessoa com deficiência nas comunidades como, também, todo o aspecto social em que tais indivíduos estavam envolvidos. Esses documentos mostram diferentes tipos de tratamento para a pessoa com deficiência em diferentes eras e tribos. Fonseca (*apud* MONTEIRO *et al.*, 2016, p.222) menciona:

(...) entre os povos primitivos o tratamento destinado aos portadores ²[sic] de deficiência assumiu dois aspectos básicos: alguns os exterminavam (...) e outros os protegiam e sustentavam para buscar a simpatia dos deuses ou como gratidão pelos esforços dos que se mutilaram na guerra (...). (FONSECA *apud* MONTEIRO *et al.*, 2016, p. 222).

Quando avançamos um pouco mais na história e vamos em direção à contemporaneidade, chegando ao tema do ensino de música para a pessoa com deficiência, podemos perceber que esse é um aspecto que gera muitas discussões acerca da metodologia e preparo do professor de música. Lisbeth Soares (2006, p. 453) menciona a falta de oferta de um ensino adaptado de qualidade para pessoa com deficiência, além da falta de profissionais qualificados para ensinar da maneira adequada, ainda assim, ao mencionar isso, a autora não apresenta ao leitor quais dados sustentam tal informação.

1 Neste trabalho, a sigla PcD será utilizada para se referir à pessoa com deficiência.

2 Desde 2017, no Brasil, o termo “portador de deficiência” foi oficialmente substituído por “pessoa com deficiência” por meio de uma PEC emitida pelo Senado Federal, seguindo o modelo de padronização da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006.

Enquanto aluno de graduação em Música, tive a oportunidade de ter aulas com diversos professores, sobre diversos aspectos da música e com abordagens metodológicas brilhantes por parte desses professores. À medida em que fui me aprofundando nos estudos voltados à educação musical, percebi que nesse cenário há muito mais coisas interessantes para aprender, mesmo para quem já trabalha com educação musical há alguns anos.

Enquanto educador musical, nunca havia estado frente à proposta de ensinar música a pessoas com deficiência. Então, aproveitando o interesse por educação musical, o tema que escolhi para a pesquisa de TCC foi o ensino de música para pessoa com deficiência. Diante disso, a questão de pesquisa deste trabalho pode ser resumida da seguinte maneira: como se dá o ensino de música para pessoa com deficiência no estado de Sergipe?

Utilizando plataformas digitais de pesquisa como o Google Acadêmico, *Scielo* e outras, percebi que existem diversos trabalhos que abordam o ensino de música para pessoa com deficiência em um âmbito geral, trabalhos esses que serão utilizados como base para essa pesquisa, porém, não existem trabalhos acadêmicos (dentre os que foram encontrados) que apontem esse cenário para as redes de ensino pesquisadas nesse trabalho no estado de Sergipe. Sendo assim, pode ser considerada como a primeira justificativa a ausência de trabalhos que relatem e mapeiem o cenário do ensino de música para a pessoa com deficiência no estado de Sergipe. Para além disso, outros motivos que justificam o presente trabalho são: 1) a contribuição que esse trabalho pode oferecer para o acesso da pessoa com deficiência ao ensino de música, como também para formação de profissionais qualificados; 2) a necessidade de trazer à tona uma amostra da realidade social e educacional da pessoa com deficiência e da formação dos professores; 3) a possibilidade de fornecer sugestões a respeito desse tema para instituições educacionais do estado de Sergipe.

Essa pesquisa tem como objetivo geral traçar um panorama sobre como ocorre o ensino de música para pessoa com deficiência em três redes de ensino no estado de Sergipe. Para isso, passando por um levantamento dos dados públicos das escolas estaduais em Sergipe que possuem professores licenciados em música, além de outras duas instituições: o Conservatório de Música de Sergipe e o Departamento de Música da UFS, conforme será detalhado mais adiante na metodologia.

Os objetivos específicos pretendem: 1) observar paralelos entre os trabalhos nacionais de relevância sobre esse tema e as práticas em Sergipe; 2) compreender o histórico da realidade socioeducacional da pessoa com deficiência; 3) evidenciar as dificuldades encontradas pelos

profissionais e alunos; 4) identificar os tipos de formações dos professores que ensinam música no Estado de Sergipe; 5) fornecer sugestões a respeito desse tema para a realidade social e educacional do estado de Sergipe, a fim de auxiliar no trabalho de outros educadores musicais.

Como metodologia de pesquisa desse trabalho, além do levantamento bibliográfico para entendermos o histórico das PcDs e o ensino inclusivo de música, optei por fazer um levantamento de dados públicos a respeito da formação dos professores, já que, a atuação dos professores é um dos principais meios para se atingir a inclusão. Para fazer um panorama do ensino de música para pessoa com deficiência no estado de Sergipe, foram escolhidas as escolas estaduais (não somente pelo fato delas possuírem dados públicos, mas também por terem os diretórios regionais que abrangem todo território estadual com pelo menos uma escola em cada cidade), o Conservatório de Música de Sergipe e o Departamento de Música da UFS. A intenção é pesquisar na formação acadêmica dos professores de música encontrados, algum tipo de formação em educação musical inclusiva.

Esse trabalho trata de uma pesquisa quali-quantitativa, bibliográfica e exploratória e descritiva, tendo em vista o fato de que será realizado não apenas o levantamento numérico a respeito das escolas estaduais em Sergipe, mas também as características de formação dos professores. A coleta de dados das escolas estaduais de Sergipe será feita por meio de pesquisa no *site* da Secretaria Estadual de Educação e Cultura. Por fim, depois de todo trabalho apresentado, fornecer sugestões para a educação inclusiva em Sergipe, buscando colaborar para uma melhora no cenário da educação musical inclusiva.

Após esta introdução, no segundo³ capítulo, intitulado *A Pessoa com Deficiência e as Sociedades: um Relato Histórico*, irei apresentar a revisão de literatura trazendo ao leitor uma visão histórica e social do tema, para conhecer uma pequena parte de todos os percalços que pessoa com deficiência teve que passar até chegar nos dias de hoje, afunilando da história do mundo para o Brasil.

No capítulo três, *Legislação, Educação Especial e Educação Inclusiva*, serão abordados importantes marcos na conquista dos direitos da pessoa com deficiência, dentre eles, a

³ De acordo com o manual de estilo acadêmico da UFBA, a numeração dos capítulos deve ser progressiva, e ele exemplifica enumerando os capítulos já da introdução. Sendo assim, a pesquisa deste trabalho começa a ser vista a partir do capítulo dois (LUBISCO *et al.* 2019, p. 89).

Conferência Mundial da Educação Especial (1994), estatuto da pessoa com deficiência, dentre outros pontos, com relação à perspectiva mundial e nacional⁴.

No quarto capítulo, *Estudos Nacionais da Educação Musical para Pessoas com Deficiência*, será abordado o ensino de música para pessoa com deficiência em âmbito geral, tendo em vista as dificuldades de acesso a esse tipo de ensino e, também, a falta de profissionais qualificados. Este capítulo aborda principalmente as dificuldades encontradas por esses alunos PcDs que querem aprender música, e a falta de preparo dos profissionais da educação musical em trabalhar com esse público. Além disso, esse capítulo também traz outros trabalhos acadêmicos a fim de apresentar tecnologias assistivas que têm como objetivo facilitar e potencializar a aprendizagem desses alunos. Louro e Santos (2018, p 6) relatam a importância da utilização de tecnologias adaptadas para auxiliar na aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais⁵, além também de citar trabalhos como o da instituição *Drake Music*, no Reino Unido, que criou tecnologias adaptadas especificamente para as particularidades de cada aluno, em que eles puderam explorar e até mesmo criar suas próprias músicas por meio de equipamentos, como computadores, executando programas de gravação e edição de áudio e MIDI, e softwares de instrumentos musicais para composição. Assim, será feito um apanhado de algumas das principais estratégias e metodologias para auxiliar tanto os profissionais da educação musical quanto os próprios alunos em uma aprendizagem mais produtiva.

Já no quinto capítulo intitulado *Ensino de música para pessoa com deficiência em Sergipe*, será apresentado o levantamento com as escolas da rede estadual de ensino, com o intuito de mostrar ao leitor quantas e quais dessas escolas possuem um professor com licenciatura em música, e quais desses possuem alguma formação na área da educação musical inclusiva. Além disso, ainda nesse capítulo iremos falar de maneira um pouco mais aprofundada dos dois principais centros de formação de músicos profissionais do estado, que são o Conservatório de Música de Sergipe e o Departamento de Música da Universidade Federal de Sergipe.

⁴ Foi pesquisado nas plataformas digitais de pesquisa, à procura de alguma legislação estadual sobre educação inclusiva. Nada foi encontrado.

⁵ O termo “necessidades especiais” não tem sido mais utilizado, pois, nesse caso, as palavras “especiais” podem ser utilizadas para qualquer pessoa, inclusive para casos de pessoas sem deficiência. Um exemplo a ser posto é o caso de pessoas com mobilidade temporariamente reduzida. Essa pessoa possui uma necessidade especial mas não é considerado uma deficiência. Disponível em: <https://napne.ifbaiano.edu.br/portal/?p=11> Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

Como *Considerações*, além de fazer comentários sobre as análises dos dados apresentados, também será um momento de fazer reflexões sobre o momento atual em que vivemos e - possíveis sugestões que ajudem a proporcionar o Ensino Musical Inclusivo.

2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AS SOCIEDADES: UM RELATO HISTÓRICO

Este capítulo tem a finalidade de apresentar ao leitor um contexto histórico em que a pessoa com deficiência viveu. As conquistas sociais e culturais (que vemos hoje em dia sendo utilizadas pelas PcDs) vieram de um longo processo histórico de evolução científica e cultural. Foram milhares de anos de luta pela sobrevivência e cidadania em meio ao descaso, desprezo, abuso e negligência por parte das sociedades. Garcia (2011, s.p.) menciona que “os sentimentos e a maneira pela qual as sociedades enxergavam as pessoas com deficiência variavam de um país para outro num mesmo período”.

No decorrer da história, a humanidade passou por diversos momentos de transição cultural. Esses momentos foram chamados pelos historiadores de “fases da humanidade”. A pesquisadora Fabiana Dias (2018, s.p.) argumenta que essas fases foram divididas em cinco, que são: a pré-história (até 4000 a.C.), a idade antiga (4000 a.C. até 476 d.C.), a idade média (476 d.C. até 1456 d.C.), a idade moderna (1453 d.C. até 1789 d.C.) e a idade contemporânea (1789 d.C. até os dias de hoje).

Os relatos voltados à pessoa com deficiência datam já da **pré-história**, porém, esses relatos são escassos principalmente devido à ausência da escrita sistemática que só veio a surgir por volta de 3500 a.C. Nicolas Corrent (2016, p. 3) ressalta que “a deficiência sempre se fez presente, mesmo que de formas mais omissas, escondidas, ignoradas, repreendida, julgada, condenada, aceita, ou seja, de uma forma ou de outra a deficiência sempre fez parte da história do homem”.

A pesquisadora Maria Aparecida Gugel (2015, s. p.)⁶ pontua em um texto divulgado no site da AMPID (Associação Nacional do Ministério Público em Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência) intitulado *A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade*, no qual ela faz um compilado de outros textos de seu trabalho de pesquisa, que a sobrevivência da pessoa com deficiência na pré-história era praticamente impossível devido

6 Tivemos acesso ao trabalho da pesquisadora Maria Aparecida Gugel, que é subprocuradora geral do trabalho e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). Além de publicar textos no site, ela também é autora de outro trabalho sobre o assunto que foi utilizado como referencial nesse primeiro trabalho. É possível ter acesso aos trabalhos referenciais no próprio site. Disponível em: https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 08 fev. 2023.

ao “ambiente hostil” que era o planeta terra nessa época. As condições climáticas e a vivência em meio a diversos predadores tornavam a vida da PcD altamente incerta. Essa foi uma época em que os humanos tinham que ir constantemente à caça para se alimentar e se proteger do clima extremo utilizando a pele de suas presas. A deficiência poderia ser considerada uma sentença de morte a depender do nível de auxílio que iria requerer, já que, segundo a autora, nesse período histórico a sobrevivência dependia muito de suas capacidades físicas, e não era cultural o cuidado com a pessoa com deficiência, que por muitas vezes chegava a ser abandonada já no seu nascimento.

Somente por volta de dez mil anos a.C. é que o clima na terra começa a ficar mais moderado e os grupos passam a se preocupar com todos os membros. Gugel pontua:

Na Pré-História a inteligência do homem começou a se manifestar e os integrantes do grupo passaram a perceber melhor o ambiente onde viviam [...] as tribos se formaram e com elas a preocupação em manter a segurança e a saúde dos integrantes do grupo para a sobrevivência (GUGEL, 2015, s.p.).

Quando partimos um pouco mais além no tempo, aproximadamente no fim da era pré-histórica e na chegada da **Idade Antiga**, mais precisamente por volta de 4000 anos a.C., temos o surgimento de sociedades mais consolidadas como os egípcios. Esse povo era culturalmente mais desenvolvido em diversos aspectos como o social, religioso, político e tecnológico. Nicolas Corrent (2016, p. 3) aponta em seu trabalho que os egípcios eram mais inclusivos com as pessoas com deficiência. Achados arqueológico mostram que as PcDs se faziam presentes em várias posições de hierarquia social. O pesquisador reforça que essas hierarquias eram as mais variadas, desde pessoas escravizadas, músicos (Figura 01), sacerdotes (Figura 2) e até mesmo faraós, como é o caso de Tutancâmon (Figura 03) (GUGEL *apud* CORRENT, 2016, p. 3).

Outros achados arqueológicos, como papiros, mostram receita de medicamentos para diversas situações, dentre elas, a cegueira (Figura 4). Maria Aparecida Gugel (2015, s.p.) menciona que, nessa época, era relativamente comum as pessoas acabarem sendo acometidas por essa condição devido às constantes tempestades de areia no Egito. Essas tempestades acabavam por causar graves infecções oculares, tanto é que, nessa fase da história, essa civilização foi conhecida como “a terra dos cegos”.

Tatiana Gonçalves Muzi (2019, p. 21) aponta que, além dos papiros contendo receitas de tratamentos medicinais para a cegueira e diversos outros tipos de enfermidades (algumas ligadas a deficiências), também continham ensinamentos sociais que visavam a conscientização

da sociedade para uma visão inclusiva da pessoa com deficiência – ensinamentos morais e de respeito. Isso posto, ela conclui essas observações afirmando que esses achados são prova suficiente para dizer que no antigo Egito, a inclusão da pessoa com deficiência era uma prática difundida em toda sociedade.

Figura 01 – Músico com nanismo.



Essa é uma estátua de um músico harpista com nanismo da V dinastia egípcia (durou aproximadamente entre 2490 a.C. até 2320 a.C.). Essa estátua está em exibição no *The Oriental Institute*, na Universidade de Chicago⁷.

Fonte: https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 8 de fevereiro de 2023

Figura 02 – Figura representando uma pessoa com deficiência.



Essa é uma placa de calcário com uma figura de um sacerdote com deficiência física. Esse sacerdote estaria fazendo uma oferenda à deusa Astrate, da mitologia fenícia.

Fonte: <https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 8 fev. 2023

⁷ Gugel cita que as pessoas com nanismo eram empregadas nas casas de pessoas do mais alto escalão hierárquico social e militar. Isso dava a essas pessoas diversas honrarias e até mesmo “funerais dignos”. Disponível em: <https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 08 fev. 2023.

Figura 03 – Hieróglifo representativo do faraó Tutancâmon



Estudos feitos após a exumação da sua tumba descobriram que o faraó, dentre outras doenças genéticas, possuía uma deficiência física que fazia com que ele necessitasse de uma bengala para se locomover.

Fonte: MUZI (2019, p. 23)

Figura 04 – Figura de um papiro médico.



Esse papiro contém receita de medicamento específico para o tratamento de doenças relacionadas a visão. Esse papiro encontra-se em exibição no Museu Britânico.

https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 8 fev. 2023

Se por um lado a civilização egípcia propagava o respeito, empatia e inclusão da pessoa com deficiência em seu meio social, outras civilizações seguiam em uma linha cultural totalmente contrária a essas práticas, esse era o caso, por exemplo, da civilização grega. Por volta de 2000 a.C., o desenrolar da história levou os gregos a acreditar que o corpo humano é algo sagrado e deveria ser cultuado. Existia entre os gregos uma supervalorização do corpo tido como perfeito. A respeito disso, Muzi (2019, p. 23) ressalta que a crença entre os gregos era que o corpo deveria ser “belo, produtivo, forte e desejado”. Já Fernandes (2011, p. 134) reforça

que “na história da humanidade a imagem que muitos deficientes carregavam era a imagem de deformação do corpo e da mente”.

A imagem da deformidade atrelada à deficiência denunciava a imperfeição humana. Dito isso, qualquer coisa que fugisse ao padrão do que era considerada a perfeição corporal – que de alguma maneira fosse considerada imperfeição humana, era simplesmente eliminada. Esse culto ao corpo perfeito não tinha apenas um caráter unicamente estético social. Havia também um propósito militar por traz disso. Sobre isso:

[...]havia a cultura de supervalorização do corpo e da saúde, uma vez que os homens eram preparados, desde pequenos, para a guerra, e as mulheres, para a reprodução, o que era bastante comum naquela época. Aqueles que não nasciam em conformidade com os padrões de normalidade eram eliminados (MUZI, 2019, p. 23)

Entre as cidades gregas, Monteiro (*apud* CORRENT, 2016, p. 4) aponta que se destacavam principalmente as cidades de Atenas e Esparta. Ambas as cidades eram referência no cenário social, político e militar. Devido a esse fato, outras cidades inimigas visavam conquistá-las, a fim de ter o controle dos seus bens em geral. Assim sendo, essas cidades passavam por constantes ameaças que eram respondidas por seu poderio militar superior. Muzi (2019, p. 24) menciona que dado o cenário de constantes batalhas, havia esse grande apreço pelos atributos físicos do corpo perfeito. Reforçava-se essa prática de extermínio dos PcDs, porque eles viam a deficiência como uma fraqueza que poderia ser explorada por seus inimigos. Ainda sobre essa prática, existem grandes nomes na história que eram favoráveis a ela. Gugel fala:

Platão, no livro *A República*, e Aristóteles, no livro *A Política*, trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia. (GUGEL, 2015, s.p)

Na Roma antiga (por volta de 750 a.C.), o estado detinha o poder da vida e da morte dos seus cidadãos. Aos patriarcas da família, era dado o direito de encerrar a vida ou permitir que vivessem os bebês nascidos com deficiência assim que constatado tal fato. Gugel (2015, s.p) menciona que o estado permitia que o patriarca matasse a criança por afogamento, porém, a autora fala que os relatos históricos apontam que era mais comum que essas crianças fossem

abandonadas em cestos no rio Tibre ou deixadas em locais sagrados⁸. Aqueles que de alguma forma sobreviviam, eram explorados por outras pessoas para serem pedintes ou até mesmo atrações de circo. Catarina Shin Lima de Souza (2010 p. 28) é bem precisa quando, de forma resumida, ela afirma que a vida da pessoa com deficiência que sobrevivia a esse período era basicamente a mendicância, “mesmo nos casos de pessoas consideradas iluminadas, possuidoras de um sexto sentido, de outros sentidos mais desenvolvidos ou até mesmo de um poder sobrenatural de forma a causar admiração.”

Vale ressaltar que esse período é particularmente nefasto para história das pessoas com deficiência e passou a existir um propósito comercial em manter viva a pessoa com deficiência. Negreiros (*apud* CORRENT, p. 6) menciona que era comum os mais abastados frequentarem bordeis, e nesses bordeis existia um mercado de exploração sexual de pessoas com deficiência, além também de um comércio de entretenimento no qual as PcDs eram humilhadas.

Seguindo um pouco mais na história, ainda no período da antiga Roma, nos deparamos com o surgimento do cristianismo. A doutrina cristã marca a história das PcDs porque a partir dessa ideologia que pregava a caridade e o amor com o próximo, a visão a respeito da pessoa com deficiência começa a mudar de uma forma positiva. As pessoas com deficiência são vistas então, não mais como seres repugnantes carregados de maldições⁹ e que mereciam a repulsa da população. Passam a ser vistas como pessoas dignas de caridade, que mereciam respeito e cuidados, pois, de acordo com doutrina cristã, todos são filhos de Deus. Gugel (2015, s.p.) menciona que “a nova doutrina voltava-se para a caridade e o amor entre as pessoas. As classes menos favorecidas sentiram-se acolhidas com essa nova visão. O cristianismo combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência”. Ainda de acordo com a pesquisadora, os cristãos foram perseguidos pelos romanos por mais alguns séculos, até que por volta do século IV é que ocorre mudança nesse cenário de perseguição, e é também nesse período que surgem os primeiros hospitais que acolhiam indigentes e pessoas com deficiência.

Apesar dessa mudança drástica na tratativa com as PcDs, baseada principalmente na doutrina cristã, a conduta para com essas pessoas estava longe de ser a ideal (apesar da visão misericordiosa e benevolente da época). Silva (*apud* MUZI p. 25) põe em evidência uma contradição nessa conduta cristã quando menciona que as PcDs eram usadas como ferramenta

⁸ Fernandes menciona que existia a crença de que a deformidade estava ligada a um castigo divino. Uma punição por más condutas em vidas passadas e só o sofrimento faria com que essas pessoas tivessem suas almas purificadas e assim obteriam o perdão divino. (FERNANDES, 2011, p. 134).

⁹ Fernandes menciona que os nascidos com deficiência eram vistos como bruxos, feiticeiros e até mesmo seres diabólicos. (FERNANDES, 2011, p.134).

para demonstrar o que o poder divino era capaz de fazer para punir as pessoas que não seguiam sua doutrina, afirmando que tal condição era um castigo de Deus. Ao mesmo tempo, essas pessoas eram “indivíduos dignos de piedade”. Segundo o autor, essa contradição se evidencia quando a visão de piedade cristã se concretiza na construção de “asilos ou retiros de isolamento”, fazendo com que a pessoa com deficiência fosse removida da convivência com outras pessoas, excluindo-as de quaisquer possibilidades de convívio social, e até mesmo retirando qualquer oportunidade de estudar e aprender algum ofício de trabalho.

Durante o período da **Idade Média** (por volta de 470 d.C a 1450 d.C), a visão das pessoas a respeito das PcDs não sofreu grandes mudanças no que diz respeito ao campo sociocultural. Na verdade, foi um período em que houve uma consolidação muito longa desses valores que duraram quase mil anos, colocando as pessoas com deficiência como seres à margem da sociedade e/ou incapazes de uma convivência em comunidade. Mazzotta atribui à própria religião cristã o fato dessa visão marginalizada recair sobre essas pessoas. Ela fala:

[...]a própria religião, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, portanto, ser perfeito, acrescia a ideia da condição humana, incluindo-se aí a perfeição física e mental. E, não sendo “parecidos com Deus”, os portadores [*sic*] de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana, e tidas como culpadas de sua própria deficiência. Tal circunstância foi uma constante cultural no decorrer da História. (MAZZOTTA *apud* FERNANDES, 2011, p. 135)

Apesar dessa visão que perdurou por toda a Idade Média, existem fatos históricos positivos na história das PcDs durante esse período que valem ser mencionados. Um deles é que, de acordo com o pesquisador Vinícius Gaspar Garcia¹⁰ (2011, s.p), no ano de 451 d.C., o concílio da Calcedônia¹¹ teria aprovado diretrizes que impunham aos bispos e párocos a obrigação de organizar e prestar assistência aos pobres e enfermos de suas comunidades. Segundo o pesquisador, isso fez com que surgissem instituições de caridade e auxílio em diversas regiões. Outro fato a ser mencionado é que o rei Luís IX (Figura 7), monarca francês que reinou entre os anos de 1214 d.C. a 1270 d.C., foi o responsável por construir o primeiro

10 O Prof. Dr. Vinícius Gaspar Garcia (*in memoriam*) possui um vasto e relevante trabalho acadêmico acerca de estudos sobre a pessoa com deficiência. A ênfase do seu trabalho está na economia social e do trabalho, com atuação principalmente em temas como estrutura socioeducacional, movimentos sociais, mercado de trabalho e políticas públicas. Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/espaco-do-prof-dr-vinicius-gaspar-garcia-in-memoriam/>> Acesso em: 27 fev. 2023.

11 O concílio da Calcedônia foi um encontro ecumênico realizado em 8 de outubro de 451 com o objetivo de resolver conflitos dogmáticos a respeito de Jesus Cristo, principalmente entre as Sés de Antioquia e Alexandria. Esse concílio foi convocado pelo imperador bizantino Flavio Marciano Augusto, e foi realizado na Clacedônia (hoje é a cidade turca de Kadiköy). Disponível em: <<https://historiasderoma.com/2018/10/08/o-concilio-de-calcedonia/>> Acesso em: 27 fev. 2023.

hospital para pessoas cegas, o Quinze-Vingts (Figura 5). Segundo o pesquisador David Augusto Fernandes (2018, p. 200) o nome Quinze-Vingts significa $15 \times 20 = 300$, que seria uma referência ao caso de 300 cavaleiros que fizeram parte da sétima cruzada¹² e que tiveram os olhos vazados em conflito com povos de outras religiões. É importante pontuar que esse hospital continua funcionando até os dias de hoje na cidade de Paris, e atualmente atende pelo nome de *Centre hospitalier national d'ophtalmologie des Quinze-Vingts* (Figura 6 e 7).

Figura 5 - Selo do hospital Quinze-Vingts.



Esta é a imagem do selo do hospital Quinze-Vingts na época da sua construção, em 1260 d.C.

Fonte: <https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 8 fev. 2023

12 A sétima cruzada teve início em 1247 d.C. e foi liderada pelo monarca francês Luis IX, visando reconquistar as terras tomadas pelos mulçumanos após o fim do tratado de paz estabelecido ainda na sexta cruzada pelo herdeiro cristão do trono de Jerusalém, Frederico II (que foi excomungado pelo papa Gregório IX por demonstrar admiração pela cultura islâmica, e buscar a paz com os mulçumanos ao invés do combate). Luis IX, após 3 anos do *Concílio de Lyon* (em 1244 d.C.) que o estabeleceu como líder dessa cruzada, partiu com impressionantes 35 mil homens. Após 3 anos de conflitos, Luis IX conseguiu retomar parte do território que havia sido tomado pelos mulçumanos, porém, em 1250, após uma tentativa de tomar o Cairo, os cruzados foram surpreendidos por uma inundação do rio Nilo. Isso deu aos mulçumanos a oportunidade de roubar as provisões dos cruzados, fazendo com que o exército cristão passasse fome e acabasse sendo acometido por doenças. Consequentemente, sem seu grande exército, Luis IX acabou sendo capturado pelos mulçumanos em uma tentativa de retirada. Sua libertação foi negociada e concretizada após o pagamento de 800 mil peças de ouro. Posteriormente, após sua morte, o monarca foi canonizado e batizado como São Luís. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/idade-media/setima-cruzada/>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

Figura 6 - Hospital Quinze-Vingts



Imagem da entrada do hospital Quinze-Vingts nos dias de hoje.

Fonte: <<https://www.lequotidiendumedecin.fr/hopital/suspendue-par-la-direction-des-quinze-vingts-une-ph-obtient-gain-de-cause-au-tribunal>>. Acesso em: 8 fev. 2023

Figura 7 – Estátua de Luis IX.



Ao centro da entrada do hospital está posicionada uma estátua do monarca francês Luis IX (São Luís), fundador do hospital.

Fonte: <<https://www.lequotidiendumedecin.fr/hopital/suspendue-par-la-direction-des-quinze-vingts-une-ph-obtient-gain-de-cause-au-tribunal>> Acesso em: 8 fev. 2023

É interessante pontuar que, apesar da construção desse hospital próprio para deficientes visuais, criado em prol principalmente desses cavaleiros que partiram para o conflito com outros povos em nome da religião cristã, a própria igreja católica mantinha certas restrições a respeito de conceder o sacerdócio à pessoa com deficiência (mesmo que essas pessoas tivessem adquirido a deficiência defendendo os interesses da própria igreja católica). David Fernandes (2018, p. 200) menciona que:

Reforçando esta premissa, os Cânones *Apostolorum*¹³, que foram elaborados no correr dos três primeiros séculos da Era Cristã, abordam restrições claras ao sacerdócio para aqueles candidatos que possuíssem certas mutilações ou deformidades. Gelásio I, papa que reinou entre 492 e 496, reafirmou essa contrariedade na aceitação de sacerdotes com deficiência, ao exigir que os postulados não poderiam ser usufruídos por analfabetos, nem por aqueles que tivessem alguma parte do corpo incompleta ou imperfeita. (FERNANDES, 2018, p. 200)

O período da **Idade Moderna** (por volta de 1450 d.C. até 1789 d.C.) é marcado por uma grande transformação no pensamento social, crítico, artístico e científico do homem. É indubitavelmente um período mais esclarecido, onde o homem se liberta (até certa medida) de dogmas e superstições de períodos passados, e passa a adotar uma filosofia mais humanista¹⁴ baseada no desenvolvimento científico (GARCIA, 2011, s.p). É nesse período que, de acordo com SILVA (*apud* MUZI, 2010 p. 25), o homem busca uma resposta para suas perguntas através de uma visão mais lógica e racional, causando uma revolução no conceito de igualdade.

Fernandes (2011, p.136) cita que nesse período explodiu o número de pobres, mendigos e pessoa com deficiência que se juntaram para mendigar. Maria Aparecida Gugel (2015, s.p) completa dizendo que havia uma organização entre essas pessoas para determinar onde e quando aconteceriam essas reuniões, e que haveria uma divisão de lucro e cobrança de taxa entre eles. Diante disso o homem se viu na obrigação de fazer algo a respeito daquela situação degradante. Garcia (2011) reforça que diante da visão humanista agora presente na sociedade, para além da situação dos pobres, se fortalece a ideia de que a PcD deveria ter uma atenção própria e específica para a sua condição. Ele menciona que hospitais deram importantes passos no tratamento das PcDs, buscando observar, entender e fornecer uma assistência baseada em suas necessidades específicas, além também de citar que em diferentes países da Europa foram construídos hospitais para atendimento específico para as pessoas com deficiência.

Vale mencionar que no decorrer dessa época surgiram diversas figuras no meio científico que tiveram um importante papel na criação e desenvolvimento de tratamentos e alternativas para a situação das PcDs. Gugel (2015) cita figuras importantes como o médico e matemático Girolamo Cardano (1501 a 1576) (figura 8) que, entre diversos trabalhos, desenvolveu um

13 A palavra “cânones” nesse caso é utilizada no sentido de conduta, padrão, modelo. Sendo assim, os cânones *Apostolorum* são tratados que regem a conduta da ordem do sacerdócio, e também a conduta cristã das pessoas comuns. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/canone> Acesso em: 20 jun. 2023.

14 O movimento humanista nasce a partir do século XV e marca uma ruptura na influência da igreja católica e sobre as vidas das pessoas e também a desvalorização de credenciais advindas da idade média. Esse movimento marca também o chamado período renascentista, onde a sociedade passa valorizar mais as artes e o pensamento científico, além de transforma-se em uma sociedade mais antropocêntrica, fazendo com que o homem valorize a figura humana, independentemente de sua deficiência. Disponível em: <https://www.significados.com.br/humanismo/> Acesso em: 20 jun. 2023.

código para ensinar deficientes auditivos a ler e escrever. Esse código influenciou o trabalho do monge Pedro Ponce de Leon (1520 a 1584) (figura 9), que também desenvolveu um método de sinais para ensinar pessoas com deficiência auditiva. Por outro lado, Ponce de Leon é mentor de Juan Pablo Bonet (1579 a 1633) (figura 10), que além de escrever sobre a deficiência auditiva e seus problemas de comunicação, apontando e condenando métodos de ensino de deficientes auditivos a base de gritos, ainda lançou um livro chamando *Reduction de las letras y arte para enseñar a hablar los mudos* (Redução de letras e arte para ensinar o mudo a falar), onde ele apresenta o seu método de linguagem de sinais (figura 11).

Figura 8 – Girolamo Cardano



O italiano Girolamo Cardano era médico, astrólogo, matemático e filósofo. Seu trabalho na área da medicina o fez ser reconhecido internacionalmente.

Fonte: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$girolamo-cardano](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$girolamo-cardano) Acesso em: 6 mar. 2023.

Figura 9 – Pedro Ponce de Leon



Pedro Ponce de Leon era espanhol e cuidava da educação dos filhos deficientes auditivos dos nobres. Fundou uma escola para deficientes auditivos em seu monastério, onde teria desenvolvido seu método de linguagem de sinais.

Fonte: <http://mirandalibrassemfronteiras.weebly.com/-histoacuteria-dos-surdos.html> Acesso em: 6 de março de 2023.

Figura 10 – Juan Pablo Bonet



O espanhol Juan Pablo Bonet foi um dos pioneiros na educação para deficientes auditivos. Seu método de ensino auxiliava na melhoria da comunicação verbal e não-verbal de pessoas com deficiência auditiva.

Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Juan-Pablo-Bonet> Acesso em: 6 mar. 2023.

Figura 11 – Linguagem de Sinais de Bonet



Baseado no método de Ponce de Leon, o método de Bonet, além de ensinar linguagem de sinais, também trabalha a parte de fonética. Buscando o posicionamento correto dos lábios e da língua para que haja uma articulação clara.

Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Juan-Pablo-Bonet> Acesso em: 6 mar. 2023.

Outra figura importante na história das PcDs foi o médico francês Ambroise Paré (1510 a 1590) (figura 12), que atuou em campo de batalha e dedicou seu trabalho a aperfeiçoar as técnicas de cirurgia de amputação, com foco na substituição do método de cauterização com ferro quente e azeite fervente. Gugel (2015, s.p.) ainda menciona que seu trabalho foi de grande importância na criação e desenvolvimento de próteses ortopédicas.

Figura 12 – Ambroise Paré



Ambroise Paré capacitou-se na área de cirurgia médica, sendo indicado como médico cirurgião do exército francês.

Fonte: <https://books.scielo.org/id/8kf92/pdf/rezende-9788561673635-28.pdf> Acesso em: 7 mar. 2023

Para além dessas figuras importantes na história das PcDs, vale ser mencionada a criação da cadeira de rodas. A pesquisa de Garcia (2012, s.p.) aponta que é fácil deduzir que sempre houve na história a necessidade de locomover pessoas com deficiência, idosos com dificuldade de locomoção e até mesmo feridos em estado de recuperação. Porém, é difícil dizer com precisão quando o homem desenvolveu a expertise para adaptar rodas em uma cadeira, com a intenção de facilitar a locomoção dessas pessoas. O que se tem a respeito da criação da cadeira de rodas são registros históricos de figuras importantes na história que as utilizavam, como é o caso do monarca espanhol Felipe II (figura 13). Ainda de acordo com a pesquisadora, nos últimos anos de sua vida, Felipe II sofreu com a idade e doenças que o debilitaram e o fizeram necessitar de uma cadeira especial para que pudesse ser transportado pelo palácio com mais facilidade e cautela. Sua cadeira possuía rodas adaptadas em seus pés e um assento reclinável, além de possuir um apoio para os pés do usuário, fazendo com que todas essas adaptações pudessem transformá-la em um leito provisório e possibilitando que ele fosse transportado por diversos ambientes do palácio.

A pesquisadora Vera Garcia (2012, s.p.) menciona que não havia naquela época uma produção padronizada para tal produto. Somente famílias mais abastadas encomendavam essas cadeiras a artesãos que as construía de acordo com as necessidades dos seus clientes que

muitas vezes buscavam o estilo¹⁵ e o maior conforto que o dinheiro poderia comprar. É importante citar o caso do relojoeiro alemão Stephen Farfler (figura 14). Stephen era paraplégico e, em 1655 d.C., construiu para si uma cadeira de rodas com a qual o usuário era capaz de fazer sua própria locomoção através de manivelas giratórias adaptadas à roda dianteira da cadeira, não havendo dificuldades de locomoção desde que não houvesse obstáculos. É importante pontuar que essas atitudes isoladas dessas figuras citadas, além de muitas outras também de importância como Louis Braille¹⁶ (criador do sistema Braille de leitura para deficientes visuais), acabaram por ajudar grandemente as PcDs na superação e melhor inclusão delas na sociedade.

Figura 13 – Cadeira de rodas de Felipe II



A cadeira do monarca francês Felipe II possuía descanso para os braços e pernas, além de ser reclinável.

Fonte: https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 8 fev. 2023.

15 Os modelos encontrados em registros históricos são os mais variados. Alguns possuíam suporte para sombrero, outras era altamente reclináveis, outras eram feitas de vime indiano, alguma possuíam três rodas e outras possuíam quatro. Porém, o senso histórico baseado nesses registros é de que essas cadeiras, (a princípio) eram projetadas para serem movidas por outra pessoa que não o próprio usuário. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/cadeira-de-rodas-e-sua-evolucao-historica.html> . Acesso em: 06 de março de 2023.

16 O sistema Braille de leitura para deficiente visual na verdade foi um aprimoramento do sistema de Charles Barbier. Charles teria apresentado o seu sistema no Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris, onde Louis Braille teria sugerido melhorias as quais teriam sido negadas por Barbier. Diante disso, Braille teria modificado esse sistema, padronizando essa escrita e dando-lhe o nome de BRAILLE, sendo utilizado até os dias de hoje. Disponível em: https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

Figura 14 – Stephen Farfler



Imagem do modelo da cadeira de Stephan Farfler, feita em madeira.

Fonte: https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 8 fev. 2023.

A **Idade Contemporânea** (1790 d.C. até os dias atuais) tem dado cada vez mais espaço e credibilidade aos diversos aspectos do saber científico. De acordo com Muzi (2019, p. 28) o tratamento para pessoas com deficiência tem ganhado uma atenção mais especializada nas diversas áreas do conhecimento científico, se utilizando também de tecnologias assistivas, além de um aprimoramento constante dessas tecnologias. Gugel (2015, s.p.) chega a mencionar que no século XIX, com os ideais humanistas da Revolução Francesa, finalmente o homem percebe que as pessoas com deficiência precisam de abrigos, hospitais e tratamento especializados de acordo com cada uma das suas particularidades. Ela segue dizendo:

É nesse período que se inicia a constituição de organizações para estudar os problemas de cada deficiência. Difundem-se então os orfanatos, os asilos e os lares para crianças com deficiência física. Grupos de pessoas organizam-se em torno da reabilitação dos feridos para o trabalho, principalmente nos Estados Unidos e Alemanha. (GUGEL, 2015, s.p)

Ainda completando esse pensamento, Muzi (2019, p.28) cita que é no século XIX que se percebe que o homem se encaminha para uma tentativa de inclusão propriamente dita¹⁷ das PcDs, através da construção de centros de educação especializados. Ela cita o fato da construção de instituições de formação educacional especificamente para pessoas com deficiência já no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. O imperador Dom Pedro II, através do decreto

¹⁷ Mais na frente, na página 40 é explicado o que vem a ser educação inclusiva.

imperial 1.428 de 12 de setembro de 1854, foi o responsável pela construção do Imperial Instituto dos Meninos Cegos¹⁸ (atualmente com o nome de Instituto Benjamin Constant - IBC). O imperador também é responsável pela construção do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos¹⁹ (atualmente intitulado de Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES).

Mesmo diante desse crescente investimento por parte do império brasileiro voltado a integração da pessoa com deficiência no âmbito escolar, Muzi (2019, p.29) menciona que “o processo era concebido, em grande parte, de maneira assistencialista, visando apenas o cumprimento de obrigações morais e legais”. A pesquisadora prossegue dizendo que, apesar da crescente visão coletiva de que a PcD deveria ser educada junta aos demais alunos, havendo uma troca social e educacional entre alunos e professores, havia uma carência de profissionais capacitados para cumprir essa tarefa de forma eficaz. Esse fato acabava por promover, segundo a pesquisadora, a remoção dessas pessoas das classes de aula para que sua educação escolar fosse efetuada nas organizações de assistência. Ainda sobre isso, Pacheco (2007) é precisa em suas palavras quando menciona:

[...]a educação aos deficientes, que inicialmente favorecia o estabelecimento e desenvolvimento de novas técnicas e abordagens, no sentido de valorizar e trabalhar com o potencial remanescente da pessoa com deficiência, passou, com o mal [sic] uso das classes especiais, a ser um movimento que mais segregava do que incluía a pessoa com deficiência na sociedade (PACHECO. 2007, p. 244).

Apesar disso, é importante mencionar que esse foi um período que mais da metade da população brasileira não tinha acesso à educação. Além disso, foi um período em que a sociedade vivia uma cultura escravagista. Sendo assim, era natural até certo ponto a pessoa com deficiência sofrer algum tipo de segregação.

O século XX, é marcado por importantes conquistas sociais para a pessoa com deficiência, além do consecutivo aprimoramento nas pesquisas voltadas à ajuda técnica e avanços nos elementos tecnológicos assistivos. Cadeiras de rodas, próteses ortopédicas, sistemas de ensino para pessoas com deficiência auditiva e visual ganham importantes aperfeiçoamentos. Vale citar rapidamente o caso da cadeira de rodas, que em 1953 ganha

18 O imperial Instituto dos Meninos Cegos foi criado em 1857 e tinha a atribuição de ministrar aulas de educação primária, bem como aulas de música, educação moral e religiosa, e aulas de ofícios de fábrica (tipografia, encadernação, tricô). Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>> Acesso em: 7 mar. 2023

19 A finalidade do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos ofertar educação intelectual, moral e religiosa para os surdos de ambos os sexos. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/365-instituto-dos-surdos-mudos>> Acesso em: 7 mar. 2023.

oficialmente sua versão motorizada²⁰ (figura 15) através das mãos do inventor canadense George Klein (1904 a 1992).

Figura 15 – Primeira cadeira de rodas motorizada



George Klein sentado em seu invento.

Fonte: <https://news.engineering.utoronto.ca/maker-george-klein-first-electric-wheelchair/>

Acesso em: 8 mar. 2023

Segundo Gugel (2015), por voltas dos anos de 1902 a 1912 aconteceu na Europa um crescente movimento de criação de instituições de auxílio e cuidados para pessoas com deficiência. A pesquisadora fala que essas instituições arrecadavam fundos para se manter e que sua crescente preocupação era com o local onde as PcDs estavam se abrigando. Foi a partir dessas instituições que acontece uma maior clareza de que as PcDs devem participar ativamente do cotidiano da sociedade para poder se integrarem de forma efetiva. Fernandes (2011, p 138) preenche esse apontamento dizendo que é notado a partir daí que a sociedade passa a se organizar coletivamente com o intuito de enfrentar os problemas e buscar melhorias para o atendimento das pessoas com deficiência. Vale mencionar que em 1933, os americanos elegem Franklin Delano Roosevelt (figura 16) como o 32º presidente dos Estados Unidos. De acordo com Pacheco (2007, p.245), o fato de Roosevelt ser paraplégico devido à poliomielite e ser um presidente que se destacava no exercício de sua função, evidenciava para o mundo a importância da reabilitação e o potencial das pessoas com deficiência.

20 A primeira cadeira de rodas motorizada nada mais foi do que uma cadeira de rodas padrão com um motor acoplado. Em seu braço direito havia um *joystick* com um pacote de sistemas de movimento que incluía giro, acionamento de rodas separado, oito posições diferentes de movimento que, combinados com o acionamento separado das rodas, possibilitava que a cadeira fosse para frente, recuasse e se desengatasse. Disponível em: <https://news.engineering.utoronto.ca/maker-george-klein-first-electric-wheelchair/> Acesso em: 8 mar. 2023.

Figura 16 – Franklin Delano Roosevelt



Presidente Roosevelt sentado em sua cadeira de rodas.

Fonte: https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php

Acesso em: 13 mar. 2023

É unânime entre os pesquisadores que a primeira guerra mundial teve um importante papel na criação de políticas públicas para as PcDs. Apesar dos horrores advindos dessa guerra entre as chamadas Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Húngara e Turco-Otomano), a Tríplice Entente (Rússia, Grã-Bretanha e França) e, mais à frente, a participação dos Estados Unidos ao lado da Tríplice Entente, ao final dessa guerra os governantes dos países envolvidos se viram na obrigação de criar mecanismos de reabilitação principalmente para os ex-combatentes feridos. Um desses mecanismos foi a criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que visava a reorganização das pessoas ao trabalho, inclusive das PcDs.

A segunda guerra mundial, assim como a primeira, trouxe devastação e horrores inimagináveis. No caso das PcDs, essa guerra foi ainda pior que a primeira pelo fato de que houve uma caçada e extermínio dessas pessoas, assim como judeus e ciganos na busca dos nazistas por uma raça ariana dita como pura. Ao final dessa guerra, em 1945 nasce a Organização das Nações Unidas – ONU. A organização é criada com o intuito de debater e buscar soluções para os problemas que assolam o mundo. Para fazer isso de forma mais efetiva, a ONU subdividiu-se em quatro agências com foco em áreas distintas: ENABLE – Organização as Nações Unidas para a Pessoa com Deficiência, UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, OMS - Organização Mundial da Saúde.

Um importante acontecimento histórico em prol da pessoa com deficiência que vale ser pontuado é Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência Mental, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1971. Essa declaração possui sete artigos que garantem às pessoas com deficiência mental direitos, como igualdade entre todas as pessoas, atenção e tratamento médico específico, educação qualificada, direito de exercer uma atividade produtiva dentro de suas capacidades, tutela especializada, proteção contra qualquer tipo de exploração ou situação degradante. Outro momento importante da história das PcDs foi a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em dezembro de 2006. Essa convenção tinha a finalidade de proteger e garantir o exercício dos direitos da pessoa com deficiência.

2.1 HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

No Brasil, assim como no mundo, a história sociocultural da pessoa com deficiência não foi muito diferente do que já vimos. Relatos de pesquisadores e antropólogos apontam que a cultura do extermínio e/ou abandono dessas pessoas foi a que perdurou no Brasil desde antes do seu descobrimento, por outro lado, também havia tribos indígenas locais que aceitavam essas pessoas. Negreiros relata que a cultura indígena brasileira, em sua maioria, pregava o abandono dos bebês nascidos com alguma deformidade já em seu nascimento, acreditando, assim como outros povos, que o nascimento de um bebê com deficiência é um prenúncio de mau agouro e castigo dos deuses, atribuindo à essa criança o estigma de amaldiçoada e/ou possuída por maus espíritos.

De acordo com Emílio Figueira²¹ (2021, p. 17) até mesmo aqueles indígenas que se tornaram PcDs no decorrer da vida também eram abandonados por seu povo. Santos Filho (*apud* FIGUEIRA, 2021, p. 17) relata em sua pesquisa que os indígenas possuíam uma

21 Emílio Carlos Figueira da Silva nasceu em setembro de 1969. Durante o seu parto, ocorreram complicações que resultaram em uma asfixia, lhe causando uma paralisia cerebral que afetou sua coordenação motora e sua fala. Jornalista, psicólogo, psicanalista, bacharel em teologia, possui mestrado em inclusão escolar, doutorado profissional com uma tese sobre pessoas da meia-idade e seus novos vazios sentimentais e sociais como desafios clínicos, além de outro doutorado com a tese publicada em forma de livro “Teologia da Inclusão – A trajetória das pessoas com deficiência na história do Cristianismo”. Emílio possui mais e noventa artigos científicos publicados e vinte e cinco livro sobre educação inclusiva. Disponível em: <<https://www.acervoinclusivo.com.br/p/biografia-completa.html>> Acesso em: 22 mar. 2023.

constituição física robusta, forte e sadia. O pesquisador fala que os índios tinham repulsa a doenças, assim sendo, quando eram acometidos por alguma enfermidade ou alguma sequele traumática que os debilitava (seja ela acidental, ferimento de caça ou de guerra), eram abandonados pela tribo:

[...] quando adoecia aguardava na rede, no mais completo mutismo, a visita do pajé, que tanto poderia trazer a saúde como a morte. Bastante sugestível, assim como todo indivíduo primitivo, entregava-se por vezes a melancolia, ao desânimo. Era acometido, então, de diarreia de origem simpática, emotivo, e morria por inanição. Quanto desenganado pelo pajé, o indígena via-se abandonado a própria sorte e morria sem assistentes ao redor. (SANTOS FILHO *apud* FIGUEIRA *et al*, 2021 p.17)

Apesar desse relato, existem também citações de outros pesquisadores que apontam para a existência de tribos indígenas que aceitavam a presença da pessoa com deficiência. Emílio Figueira (2021, p. 17) menciona o relato do missionário europeu Jean de Léry (1532 a 1611). Jean escreveu sobre sua passagem pelo Brasil recém-descoberto em uma obra intitulada “Viagem à terra Brasil”. Essa obra narrava, dentre outras coisas, a vida e os costumes dos tupinambás, tendo sido publicada no exterior em 1578, e no Brasil, sendo publicada somente em 1961. Jean menciona que os indígenas fisicamente não são muito diferentes dos europeus, porém, se mostravam mais fortes, bem-dispostos e menos propensos a doenças, além de haver poucas pessoas que aparentassem algum tipo de deficiência. Sendo assim, há de se imaginar que nem todas as tribos praticavam essa política de exclusão.

Figueira (2021, p. 18) ainda cita a vivência do médico, botânico e antropólogo alemão Carl Friedrich Von Martius (1794 a 1868). O pesquisador menciona que Carl esteve no Brasil em uma comissão científica que residiu no país por três anos, entre 1817 e 1820. Em seu trabalho intitulado “Doença, Medicina e Remédio dos Índios Brasileiros” (publicado no Brasil em 1939), Martius relata a existência de indígenas com deficiência no norte do Brasil, porém, deficiências que adquiriram no decorrer da vida. Ele fala a respeito da ausência de indígenas com deformidades advindas do nascimento, mencionando que os indígenas sacrificavam os bebês nascidos com deficiência. Contudo, Martius menciona a presença de indígenas paráliticos, amputados, cegos e surdos, deixando claro que essas deficiências foram resultado de traumas ou de doenças obtidas ao longo da vida.

A Companhia de Jesus²² foi fundada em 1534 em Portugal pelo padre Inácio de Loyola (1491 a 1556), com o objetivo de defender o Catolicismo contra a Reforma Protestante, além de difundir os preceitos católicos pelas novas terras do oriente e ocidente. No ano de 1549 companhia chegou ao Brasil, sob o comando do padre jesuíta Manuel da Nóbrega (1517 a 1570). Em terras brasileiras, com forte influência sobre a coroa portuguesa e contando com sua proteção, trataram de educar e catequisar os indígenas e colonos, além de, segundo Emílio Figueira (2021, p. 20), entre os séculos XVII e XVIII construírem igrejas e também fundarem escolas, estabelecendo o que eles chamaram de “redução” e “missão” – nada mais era do que aldeamentos onde os índios eram cuidados, catequisados e educados.

Por volta da segunda metade do século XVI, de acordo com Emílio Figueira (2021, p. 22) começam a surgir os primeiros hospitais da Irmandade, porém, eram estabelecimentos com recursos insuficientes para suprir a demanda populacional e os mais variados tipos de doenças, sejam essas adquiridas no decorrer da vida ou até mesmo congênitas. Sendo assim, o pesquisador deixa claro que é possível supor que existiam pessoas com deficiência entre os assistidos.

A interrelação entre os povos residentes do Brasil era crescente, brancos, negros e indígenas acabavam por vezes se relacionando sexualmente (seja uma relação consentida ou à força). Porém, a relação entre os indígenas e outros povos tinha uma particularidade; os bebês nascidos de mães indígenas e pais de outra etnia não tinham o direito de serem membros da tribo. Ainda de acordo com Figueira (2021, p. 27), os índios acreditavam que a ligação do bebê com a tribo vinha do parentesco com pai, sendo assim, os bebês nascidos de pais não-indígenas (os chamados “órfãos da terra”) eram abandonados para morrer. Vendo isso, os jesuítas criaram as chamadas Casas de Muchachos, onde esses bebês poderiam ser deixados lá para serem cuidados e educados na fé cristã. Ao atingirem a adolescência, eles deveriam abandonar as casas, sendo que muitos acabavam por voltar as suas tribos, reassumir costumes e tradições antigas e assim conseguir a aceitação do seu povo. Havia também aqueles que não eram aceitos ou preferiam não viver entre os índios. Esses passavam a vida buscando trabalho entre os comerciantes e/ou buscando sobreviver à margem da sociedade.

22 A Companhia de Jesus teve um rápido crescimento de adeptos após a sua criação, e se tornou a instituição religiosa de maior prestígio e poder político em Portugal, tendo grande influência não apenas no país como também em suas colônias.

Outro fato que podemos citar foram as chamadas Roda dos Expostos (figura 17). Mais uma vez percebendo o abandono de crianças nascidas com e sem deficiência, e tentando lutar contra a prática de extermínio desses bebês, foram criadas as Rodas dos Expostos, instaladas nas Santas Casas de Misericórdia. Marcílio (2006, p.56) explica o seu funcionamento com detalhes:

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e em seguida a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado. (MARCILIO *apud* FIGUEIRA, 2021 p. 28)

Figura 17 – Roda dos Expostos.



Essa imagem mostra o funcionamento da roda dos expostos. Do lado esquerdo da imagem, tem-se a parte de fora da casa, e do lado direito da imagem, a parte de dentro. Essa roda dos expostos está em constante exibição na cidade de Almeida, em Portugal, e a casa onde está instalada serve como museu aberto com exibição de peças históricas o século XIX. O ano de sua instalação está gravado na parede da casa.

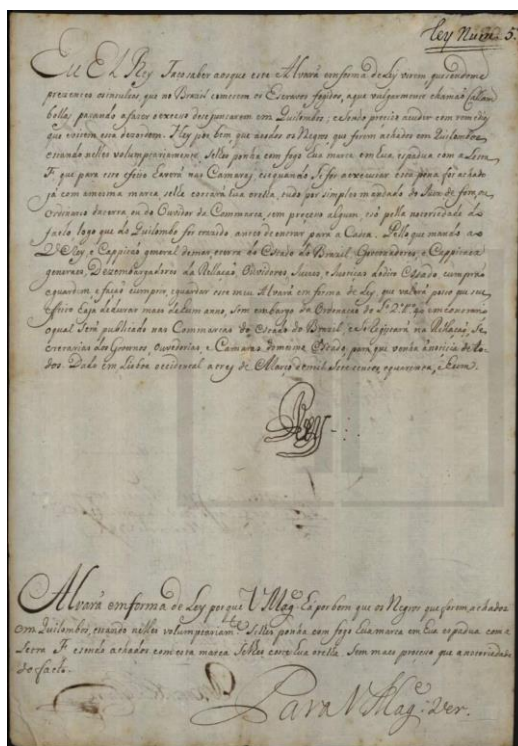
Fonte: <<https://estreladointerior.wixsite.com/almeida/casa-da-roda-dos-expostos>> Acesso em: 28 mar 2023.

Um outro fato histórico acerca da deficiência no Brasil é a situação vivida pelas pessoas escravizadas. As péssimas condições de viagem dos negros escravizados trazidos da África para o Brasil por meio dos chamados “navios negreiros”, podiam, em muitos dos casos, causar-lhes os mais variados tipos de doenças. Segundo Emílio Figueira (2021, p.32), esses navios chegavam a trazer cerca de mil pessoas em uma só viagem que, devido à má alimentação e falta de higiene prologada de acordo com o tempo da viagem (cerca de quarenta e cinco dias para

chegar até o Brasil), podiam causar desnutrição, diarreia e feridas infecciosas, resultando em morte ou deficiência de acordo com a gravidade desses ferimentos infeccionados.

Ainda de acordo com Emílio Figueira (2021, p. 32), os castigos físicos aplicados aos escravos eram os mais variados como açoitamento, o tronco, surras, dentre outros. Esses castigos, por vezes, eram tão severos que chegavam a lhes causar sequelas e traumas irreversíveis, causando-lhes alguma deficiência. Além disso, chegava a ser legalizada a mutilação de escravos fugitivos como castigo. Um documento (figura 18) assinado por Dom João V. (1689 a 1750) liberava a mutilação de escravos fugitivos reincidentes.

Figura 18 – Alvará de punição de escravos quilombolas.



Este alvará está datado de 3 de março de 1741 e assinado pelo rei Dom João V autorizando a punição a escravos achados em quilombos.

Fonte: <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4662254>> Acesso em: 06 abr. 2023

O documento diz o seguinte:

Eu, El-Rei, faço saber aos que esse alvará virem, que sendo-me presente os insultos que o Brasil cometem os escravos fugidos, a que vulgarmente chamam de quilombolas, passando a fazer o excesso de se juntarem em quilombos, e sendo preciso acudir com remédios que evitem esse desordem: hei por bem que todos os negros que forem achados em quilombos, estando neles voluntariamente, se lhe ponha com fogo uma marca em uma espádua com a letra 'F', que para esse efeito haverá nas câmaras; e se, quando for executar esta pena, for achado com a mesma marca, se lhe cortará uma orelha, tudo por simples mandado do juiz de fora, ou ordinário da terra.

ou do ouvidor da comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do quilombo for trazido, antes de entrar para a cadeia

A crueldade em épocas mais remotas não tinha limites. O descaso com o semelhante em condições de desigualdade social, física ou mental era a base da conduta da sociedade. Foram milhares de anos até existirem maneiras mais produtivas e humanas de agir. Porém, é preciso perceber que milhares de anos de uma cultura de discriminação e maus tratos não mudou em poucos anos. A seguir, serão apresentados alguns passos dados na legislação para a evolução social.

3 LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Antes de adentrarmos nesta parte do trabalho é preciso deixar claro que a nomenclatura para se referir à pessoa que possui alguma deficiência é “pessoa com deficiência”. De acordo com Romeu Kasumi Sasaki (2005, s.p.), ao longo dos anos essas pessoas foram chamadas de várias formas. Dentre essas, termos como inválidos, incapacitados e defeituosos foram utilizados para se referir às pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência. De acordo com o pesquisador, do início dos anos 2000 até hoje, a nomenclatura adequada para se referir a essas pessoas passou a ser “pessoa com deficiência”.

Tabela 1 – Períodos de mudança da nomenclatura das PcDs

Período da história	Nomenclatura
Início da história	Inválidos
Século XX	Incapacitados
1960 até 1980	Defeituosos/ Deficientes/ Excepcionais
1980 até 1987	Pessoas deficientes
1987 até 1994	Portadores de deficiência
1994 em diante	Pessoa com deficiência

Fonte: <https://napne.ifbaiano.edu.br/portal/?p=11>

Como já foi mostrado, ao longo da história, as PcDs sofreram com uma cultura de extrema brutalidade, segregação e até mesmo misticismo para justificar o seu extermínio. Dentre os trabalhos pesquisados, mostraram-se poucos os casos de povos e culturas em eras mais antigas em que a inclusão ou o simples direito à vida era concedido às pessoas com deficiência. Ainda que, com o passar dos anos, a cultura do extermínio dessas pessoas fosse extinta – ainda que lhes fosse concedido um direito tão básico quanto o direito à vida – essas pessoas eram marginalizadas e submetidas a condições de sobrevivência sub-humanas, tendo, por muitas vezes, que contar com a sorte para sobreviver.

Com base na leitura do trabalho de autores como Maria Aparecida Gugel (2015), Catarina Shin Lima de Souza (2010) Vinícius Gaspar Garcia (2011), dentre outros, é possível perceber

que até meados do século XX, a segregação foi a base da conduta social para lidar com essas pessoas. Mesmo com os avanços científicos e tecnológicos acerca das PcDs, ainda havia uma carência de políticas voltadas exclusivamente a melhorar as condições de vida e convívio social das pessoas com deficiência. No Brasil, somente em 1988, com a nova Constituição Federal é que as pessoas com deficiência começam a ter um vislumbre de mudanças mais significativas no que diz respeito à inclusão. A partir daí é que as políticas públicas presentes na nova Constituição Federal Brasileira garantem direitos voltados não apenas a um merecido reparo histórico, mas também à inserção das PcDs definitivamente como membros ativos de uma sociedade.

Há de se perceber que as políticas voltadas à pessoa com deficiência tinham um caráter de assistência, sendo desempenhadas principalmente através de instituições filantrópicas e centros de reabilitação, não havendo políticas inclusivas consistentes em ambientes regulares de ensino. Tendo isso em vista, em junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, aconteceu a Conferência Mundial de Educação Especial, organizada pela UNESCO, com 88 países participantes, além de outras 25 organizações internacionais. Maria Ângela Monteiro Corrêa (2010, p. 57) menciona que essa conferência teve como objetivo “promover a educação para todos, analisando as mudanças fundamentais de política necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas para atender as crianças, principalmente as que tenham necessidades educativas especiais”. A pesquisadora aponta que a principal preocupação da conferência era criar mecanismos para que a educação das PcDs tivesse um caráter inclusivo, além do simples caráter educacional. Isso passava principalmente pela mudança do ambiente escolar das PcDs. Deveria ser feita uma migração desses centros de educação, chamada de “especial”, exclusivos (e excludentes) para as pessoas com deficiência, para os ambientes educacionais comuns, em que elas fossem incluídas.

Dessa conferência surgiu a Declaração de Salamanca, um documento no qual os países assumem um compromisso de que a educação de pessoa com necessidades especiais deveria acontecer em um ambiente regular de ensino, junto aos demais alunos. Para além disso, o ensino deve respeitar e se adequar às características e habilidades de cada indivíduo, respeitando as suas necessidades. A Declaração de Salamanca proclama que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,

- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO. Declaração de Salamanca. Salamanca, Espanha: 1994, p.1)

Maria Ângela Monteiro Corrêa (2010, p.79) cita a Declaração de Salamanca como um dos principais marcos históricos no cenário educacional internacional. Ebenezer Menezes (2001, s.p) reforça esse posicionamento completando que a Declaração de Salamanca é “um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social”. O pesquisador cita que a declaração é o registro documental de uma tendência global que busca efetivar a educação inclusiva, além de visar a “desinstitucionalização manicomial” presente nas décadas de sessenta e setenta. Para mais, o pesquisador refere-se ao documento deixando evidente que o seu objetivo é fornecer diretrizes básicas de criação e alteração de políticas e sistemas educacionais baseados na inclusão social.

Esse documento ainda deixa claro alguns conceitos pré-estabelecidos como os conceitos de necessidades educacionais especiais e escola inclusiva, além de mencionar os desafios que essa escola enfrentará:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as

crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (UNESCO. Declaração de Salamanca. Salamanca, Espanha: 1994, p.4)²³

Um outro ponto importante nessa linha de direitos educacionais das PcDs está no artigo 208 da Constituição Federal, mais precisamente no inciso 3. O artigo 208 em si trata dos deveres do estado voltado as políticas de educação pública do país. Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988) o artigo 208 fala que “O dever de Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado aos portadores[sic] de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Pode ocorrer a necessidade de fazer ajustes e adaptações nas aulas para alcançar a educação inclusiva. Já na própria Declaração de Salamanca percebe-se essa necessidade de adaptações centradas na criança com deficiência, buscando garantir que haja acesso a uma educação de qualidade. Porém, é preciso observar que o inciso 3 utilizada a palavra “preferencialmente” e não a palavra “obrigatoriamente” para se referir a educação das PcDs em rede pública de ensino. Isso porque o estado entende que existe a possibilidade de que haja um grau de adaptações que determinada rede pública de ensino não consiga fazer, dando assim ao Estado um respaldo jurídico para que ofertar esse ensino em outra rede educacional.

Apesar disso, é necessário evidenciar a preocupação do inciso III em fornecer esse ensino “na rede pública de educação”, visando a convivência e socialização entre os alunos, seguindo assim as diretrizes da Declaração de Salamanca, e não deixando de fornecer educação especializada conforme citados no próprio inciso.

Quando o assunto são as leis que norteiam as políticas educacionais no país, não se pode deixar de citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também conhecida pela sigla LDB ou Lei nº 9.394/1996. É ela quem determinar e estabelece a conduta educacional dos profissionais dessa área além de servir como base para elaboração de novas políticas educacionais para os alunos em geral.

Existem alguns incisos na LDB que não são direta e exclusivamente voltados as pessoas com deficiência, mas sim, feitos para contemplar a sociedade em um âmbito geral. Entretanto,

²³ Essa declaração pode ser encontrada traduzida no site oficial do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 1 fev. 2024.

a existência desses artigos dá base e reforça políticas públicas de inclusão e igualdade entre as pessoas. Esse é o caso do inciso I do Artigo 3º, que fala a respeito de fornecer igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Isso acaba abrangendo diversos programas de suporte escolar como o transporte, fornecimento de livros, merenda etc (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996).

O artigo 4º da LDB trata dos deveres do Estado com a educação pública. O inciso III desse artigo dá garantias de um “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;” (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996). É necessário ressaltar a importância desse inciso em questão devido ao fato dele garantir esse atendimento educacional especializado em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. Isso deixa claro que esse direito a um atendimento educacional especializado²⁴ será fornecido desde os primeiros níveis da educação até os mais avançados.

Para a educação especial, o artigo 58 da LDB é tido como um dos mais importantes porque ele define o que vem a ser a educação especial, seu público-alvo e onde e como ela deve ser fornecida. O artigo diz que “entende-se por educação especial, para os efeitos dessa lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996). O artigo possui três parágrafos dos quais, o primeiro parágrafo trata de garantir atendimento especializado baseado nas “peculiaridades” do educando com necessidades especiais. O segundo parágrafo reforça que mesmo não havendo a possibilidade ingressar em uma rede regular de ensino por conta de suas necessidades especiais, ainda assim, o atendimento educacional especializado será oferecido em “classes, escolas ou serviços especializados” visando sempre as necessidades de cada aluno. Já o parágrafo terceiro deste artigo 58 é um reforço do inciso terceiro do artigo 4º. Ressaltando que esse fornecimento de um atendimento

²⁴ Atendimento educacional especializado, ou simplesmente AEE, é o Decreto de Lei nº 6.571, promulgado em 18 de setembro de 2008. De acordo com o próprio Ministério da Educação, o AEE “tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. Esse documento ainda deixa claro que o AEE deve complementar e/ou suplementar a formação dos alunos na escola regular, visando autonomia e independência dentro e fora dela. A execução do AEE deve ser feita em salas de atividades e recursos pedagógicos multifuncionais da instituição escolar, ou em centros de educação especializada da rede pública e instituições comunitárias sem fins lucrativos. (BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; 18 de setembro de 2008)

educacional especializado deve ocorrer em todas as modalidades de ensino, ou seja, do ensino infantil até o ensino de nível superior.

O artigo 59 da LDB trata dos deveres e garantias do Estado quanto ao sistema de ensino para os educandos com necessidades especiais. O artigo diz que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:” (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996). Em seus incisos ele trata de especificar quais são essas garantias e deveres voltados a educação especial.

O inciso I diz: “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Percebe-se que esse inciso trata de garantir que haja a preocupação de fornecer as adaptações necessárias para cada caso específico dos educandos com necessidades especiais.

O inciso II diz: “terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados”. Esse inciso garante que haja a possibilidade de finalizar o ensino fundamental antes do prazo pré-definido, caso haja a percepção por parte dos órgãos educacionais competentes²⁵ de que o aluno atingiu o seu potencial máximo de aprendizagem, bem como aceleração de conclusão desse ensino no caso de alunos com altas habilidades e superdotação.

O inciso III diz: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. A pesquisadora Arlete Aparecida Bertoldo Miranda (2008, p.42) aponta para a preocupação da falta de qualificação de uma grande parcela de profissionais da educação para lidar com o público PcD. Para mais, dados do Censo Escolar 2022, feito pelo INEP, apontam para um percentual de 27% de instituições escolares que não

²⁵ Segundo o Instituto Paradigma, cabe aos estados e municípios criar mecanismos de critérios e gerenciamento para que esse dispositivo possa entrar em vigor caso seja necessário. Disponível em: <<https://iparadigma.org.br/pergunte/educacao-inclusiva/150-como-funciona-a-terminalidade-especifica-para-os-alunos-que-nao-apresentam-evolucao-na-aprendizagem/>> . Acesso em: 1 ago. 2023.

possuem nenhum tipo de adaptação em sua estrutura física para os educandos com necessidades específicas²⁶.

Inciso IV: “educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora”. Esse inciso nada mais é do que um reforço no planejamento para a preparação para a efetiva integração no mercado de trabalho. Sabendo que nesse caso pode haver uma desigualdade nas condições de disputa entre PcDs e pessoas sem deficiência, existe a Lei 8213/91 (Lei de Cotas para Pessoa com Deficiência), que em seu artigo 93 diz que as empresas com mais de cem funcionários devem preencher entre dois a cinco por cento dos seus cargos com pessoa reabilitadas pelo INSS ou pessoas com deficiência habilitadas para o trabalho.

O inciso V diz: “acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular”. No inciso VIII do Art 4º da LDB podemos ter a dimensão do que seriam esses benefícios, quando ele fala em “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Em 2015, houve a inclusão de mais um artigo na LDB por parte da lei 13.234. o Art 59-A, como foi chamado, trata de dizer que: “O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado”. Esse artigo claramente foi criado para contemplar essa parcela de educandos de uma maneira mais específica, já que, o Censo Escolar 2020 (2020, p.31) aponta para um número de mais de vinte e quatro mil alunos matriculados com altas habilidades ou superdotação²⁷.

Finalizando os principais artigos da LDB que contemplam mais diretamente as PcDs temos o artigo 60 que diz: “Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios

²⁶ Essa informação vem do site de notícias do Centro Universitário de Brasília (CEUB), no qual eles apresentam dados do Censo Escolar 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/escolas-brasileiras-nao-sao-acessiveis-para-pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em: 1 fev. 2024.

²⁷ De acordo com o Ministério da Educação, altas habilidades tem a ver com “aspectos que são moldados, modificados e enriquecidos pelo papel do ambiente (família, escola, cultura)”, já a superdotação faz alusão a “aspectos inatos e genéticos da inteligência e da personalidade”. (BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação; 2022, p. 5)

de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público”. Como foi citado anteriormente, as instituições filantrópicas desempenhavam o papel principal no cenário de assistência às pessoas com deficiência. Após a Constituição Federal de 1988 e o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas voltadas as PcDs por parte do poder público, o Estado passa a desempenhar esse papel mais central nesse cenário. Porém, esse artigo reconhece o papel fundamental que essas instituições como a APAE²⁸ e a AACD²⁹ tiveram e continuam tendo, concedendo-lhes apoio técnico e financeiro por parte do poder público diante do cadastro dessas instituições mediante aos órgãos educacionais normativos. Ainda assim, esse artigo tem um parágrafo único onde ele ressalta que esse suporte educacional deve ser ofertado preferencialmente na rede pública de ensino, não descartando o apoio que essas instituições de suporte para as PcDs podem oferecer.

Por fim, cabe falar sobre a Lei 13.146 de julho de 2015, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa Lei contempla diversos aspectos como saúde, moradia, assistência social, transporte e mobilidade, tecnologias assistivas etc. O capítulo IV dessa Lei fala sobre a educação. Lá, é possível notar que os seus artigos, incisos e parágrafos são reforços ou descrições mais detalhadas de muito do que já vimos em outros deveres e garantias do Estado, mostrando o quanto as leis brasileiras são interligadas na tentativa de não deixar de oferecer o devido suporte assistencial.

O capítulo IV do Estatuto da Pessoa com Deficiência possui três artigos que tratam de garantir toda e qualquer suporte educacional que se faça necessário aos alunos que apresentem qualquer tipo de deficiência. O artigo 27 desse estatuto diz o seguinte:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades

²⁸ A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) surge em março de 1955 diante da necessidade observada pelo casal diplomata americano Beatrice e George Bemis ao vir ao Brasil e não haver nenhum tipo de atendimento especializado para o filho com síndrome de Down. Nesse ano surge a primeira reunião oficial da associação, conseguindo logo em seguida organizar duas turmas com 20 crianças com deficiência. Hoje a APAE conta com 2178 unidades de atendimento e mais de 350.000 usuários desse atendimento. Disponível em: <<https://www.apaes.org.br/guarapari/noticias/detalhe/historia-apae>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

²⁹ A AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente) nasceu em 1950 diante do desejo do médico ortopedista Dr. Renato da Costa Bonfim, em ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência física no Brasil. Hoje a AACD conta como número como: 9 unidades de atendimento, 1 hospital, 5 oficinas ortopédicas 2.013 funcionário e 1.185 voluntários, 880.798 atendimentos, 7.512 cirurgias, 61.232 produtos ortopédico entregues, 62.396 pacientes atendidos. Disponível em: <<https://aacd.org.br/a-aacd>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015).

Nesse artigo é possível notar que a ideia principal é a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizagem ao longo da vida. Deixando claro a preocupação em fornecer o suporte necessário para que se possa explorar o potencial do aluno a fim de desenvolver seus talentos em todos os aspectos.

Em seu parágrafo único, o estatuto diz que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. Esse parágrafo mostra que não é apenas dever do Estado fornecer suporte e proteção as pessoas com deficiência, mas também, é dever da família, comunidade escolar e sociedade, ou seja, todos aqueles que cercam a figura da PcD têm o dever legal de protegê-la.

O Art. 28 diz o seguinte: “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar”. Daí em diante, em 18 incisos, a lei trata de garantir diversos direitos educacionais voltados a fornecer um sistema educacional inclusivo, condições de acesso e permanência dos alunos, projetos pedagógicos que visem o atendimento educacional, oferta de educação bilíngue tendo Libras como primeira língua, adoção de medidas individualizadas, busca por novos métodos pedagógicos, utilização pedagógica de tecnologia assistivas, participação dos estudantes com deficiência e seus familiares na atuação da comunidade escolar, adoção de medidas que favoreçam o desenvolvimento dos diversos aspectos socioculturais das PcDs, fornecimento de profissionais para o apoio educacional especializado, igualdade de condições em todos os tipos de atividade recreativa, acessibilidade.

Já o Art 30 fala a respeito dos direitos das pessoas com deficiência quanto ao ingresso e permanência em instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, seja em instituições públicas ou privadas. Esse artigo conta com sete incisos que falam:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras. (BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015).

É possível perceber nessas leis a preocupação do Estado em fornecer todo tipo de suporte necessário às pessoas com deficiência, visando uma melhora em sua condição de vida. Aspectos que vão além da educação como moradia, assistência social, transporte, mobilidade, dentre outros, se fazem presentes em outros capítulos, artigos incisos e parágrafos dessas mesmas leis citadas.

Obviamente, as leis que contemplam a educação em geral são também destinadas a educação musical, que por sua vez, contemplam a educação musical inclusiva. No capítulo a seguir, iremos começar a trabalhar sobre esse tema. As definições a cerca do assunto, tecnologias assistivas, a formação dos profissionais da educação e os caminhos e desafios que envolvem a educação inclusiva.

4 ESTUDOS NACIONAIS DA EDUCAÇÃO MUSICAL PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

4.1 TERMOS E DEFINIÇÕES NA EDUCAÇÃO MUSICAL

Antes de adentrarmos mais profundamente no assunto deste capítulo, é preciso deixar claro que alguns conceitos educacionais podem ser melhor aplicados quando não há resistência por parte dos professores em se adaptar às necessidades dos alunos. É importante mencionar e enfatizar que a educação inclusiva tem relação com o ambiente educacional aberto e receptivo para todo e qualquer aluno, independente de suas particularidades, sejam elas no aspecto físico, psicológico, religioso, ideológico. Em um ambiente educacional inclusivo, alunos com e sem deficiência convivem e aprendem juntos. Existe uma busca em ajustar pedagogicamente o que for necessário para que as necessidades educacionais sejam sanadas da melhor forma possível, respeitando a todos de forma igual.

Mônica Pereira dos Santos (2002, p. 107) define a **educação inclusiva** como uma ruptura conceitual de paradigmas no que diz respeito a conduta pedagógica do docente. Ela aponta que existe um redirecionamento organizacional do sistema educacional para suprir as necessidades de todos os alunos, sem exceção. Ao mesmo tempo, Werneck (*apud* SANTOS 2002, p. 107) pontua sobre esse assunto dizendo que “caberá à escola encontrar respostas educativas para as necessidades específicas de cada aluno, quaisquer que sejam elas”.

É importante pontuar mais uma vez sobre esse assunto porque, em contrário ao que podemos perceber a respeito de inclusão, existe o conceito de **escola integradora**, que de acordo com a próprio WERNECK (*apud* SANTOS ,2002, p. 107) é definido por uma inserção de todos os alunos em uma linha principal de raciocínio, em que os alunos em geral se adaptam a ela, ou seja, existe a abertura e aceitação de todo e qualquer aluno nas classes comuns de educação, porém, não existe a adaptação pedagógica necessária para a melhor produtividade educacional dos alunos com deficiência. Em resumo, a escola integradora nada mais é do que uma escola onde não existem adaptações. Todos os alunos convivem e aprendem mediante uma metodologia que não visa suprir nenhum tipo de necessidade educacional especial.

Apontados esses dois conceitos, Mônica Pereira dos Santos (2002, p. 108) argumenta que devemos ter “cuidado aos nos desvencilharmos tão facilmente de “velhos” conceitos para prontamente assumirmos “novos” conceitos. Estes, embora adotados com a melhor das intenções, podem, por vezes, conduzir à perda do foco real de discussões”.

Uma outra abordagem interessante vem por parte da pesquisadora Viviane Louro³⁰ (Websérie Educação Musical Inclusiva [...], 2021, 1 min 57 s)³¹. Em uma entrevista, Viviane fala que a educação especial é uma modalidade dentro do ensino comum, que busca agregar e se adaptar a diversidade sociocultural dentro de uma sala de aula. A pesquisadora deixa claro que não é somente a presença de pessoas com deficiência em sala de aula que caracteriza a educação inclusiva. Esse conceito é mais amplo, abraçando toda e qualquer diversidade presente em sala, ou seja, “é uma sala de aula comum que tem pessoas diferentes. Não só com deficiência, mas, podendo ter transtornos, diferentes culturas, diferentes orientações sexuais e religiosas. Essa diversidade da sala de aula, a gente chama de educação inclusiva”.

Partindo dessa mesma linha de raciocínio sobre educação especial e educação inclusiva, também em uma entrevista, a pesquisadora Lisbeth Soares³² (Websérie Educação Musical Inclusiva [...], 2021, 4 min 35 s)³³ conceitua os termos educação musical especial e educação musical inclusiva. Ela coloca esses conceitos como paralelos entre as definições de educação especial e educação inclusiva de Viviane Louro, mencionando que a educação musical especial tem a ver com as adaptações musicais a serem feitas para sanar as necessidades das pessoas com deficiência buscando recursos, materiais e possibilidades. Já a educação musical inclusiva

³⁰ Viviane Louro é docente efetiva do quadro de professores do Departamento de Música da Universidade Federal de Pernambuco, e possui um vasto currículo na área acadêmica, com o doutorado em neurociência pela Universidade Federal de São Paulo, mestrado em música pela Universidade Estadual de São Paulo, pós-graduação em *criminal profile* e psicologia investigativa pela Universidade Unyleya, bacharel em piano e técnica em piano erudito, além de ser coordenadora em diversos programas de extensão na Universidade Federal de Pernambuco e membro de outras diversas comissões deliberativas dentro da mesma universidade. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6790119056136859>> . Acesso em: 13 set. 2023.

³¹ Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZpmbbkjycN8&t=1s>> Acesso em: 13 set. 2023.

³² Lisbeth Soares é doutora em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, possui mestrado em educação especial pela Universidade Federal de São Carlos, graduação em pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, além de tem especialização em educação especial e formação técnica em música pela Fundação das Artes de São Caetano do Sul. É professora responsável pelo Programa de Apoio Pedagógico e Inclusão da Fundação das Artes de São Caetano de Sul para alunos com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação e distúrbios de aprendizagem e participa de diversos outros programas de apoio pedagógico dentro dessa mesma instituição. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3641842999193927>> . Acesso em: 13 set. 2023.

³³ Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZpmbbkjycN8&t=1s>> Acesso em: set. 2023

estaria no campo que abrange todas as possibilidades e ideias sonoras, levando em consideração os diversos aspectos musicais pertencentes daquele grupo específico.

Ainda nessa entrevista, a educadora musical fala a respeito do preconceito velado exercido, muitas vezes, por parte dos próprios profissionais da educação musical. Ela aponta que um fator importante na convivência com as pessoas com deficiência é a utilização das terminologias adequadas para cada caso. Isso evita, muitas vezes, a possibilidade de ofender as pessoas não intencionalmente, porém, mais importante do que usar as terminologias adequadas é se livrar dos preconceitos dissimulados. Lisbeth fala que por vezes, de modo perceptível ou não, os próprios educadores usam todas as terminologias adequadas para os diversos tipos de situações, porém, não adianta serem tão versados nessa questão, sendo que suas atitudes na execução das atividades são repletas de descrença no potencial de aprendizagem daquele aluno. A pesquisadora finaliza dizendo, a respeito dos termos **educação musical especial** e **educação musical inclusiva**, que podem ser utilizados dentro dos seus devidos parâmetros, mas, visando um dia que o termo **educação musical** seja o suficiente para já se incluir tais aspectos educacionais de forma automática, já contemplando naturalmente a inclusão.

Pegando esse gancho a respeito desses termos, uma outra importante educadora musical na área da educação musical especial, Brasilena Gottschall Pinto Trindade³⁴, também em entrevista (Websérie Educação Musical Inclusiva [...], 2021, 10 min 30 s)³⁵, reforça que os termos educação musical especial/inclusiva devem ser utilizados e pensados de maneira provisória, já que, quando falamos de educação, de acordo com a Constituição, deve ser para todos, então, quando se fala em educação musical, por si só já se deve pensar em um modelo padrão de execução que passa automaticamente pelas adaptações necessárias na educação

³⁴ Brasilena Gottschall Pinto Trindade faz parte do corpo de docentes do Departamento de Música da Universidade Federal do Maranhão, sendo a coordenadora do curso de Música. Possui graduação em Licenciatura em Música pela Universidade Federal da Bahia, com Mestrado em Música/Educação Musical pela Universidade Federal da Bahia e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Realizou quatro cursos de especialização: 1) Metodologia do Ensino Superior; 2) Educação Especial – DV (deficiência visual); 3) Política e Estratégia; e 4) Musicoterapia. Foi professora de música no ensino fundamental e médio por 30 anos, lotada na Secretaria Estadual da Educação da Bahia, e Técnico em Assuntos Culturais da Fundação Cultural do Estado da Bahia, atuando com educação musical especial. Foi professora (2003.1 - 2015.1) e Coordenadora Acadêmica (2004.2 - 2015.1) do Curso de Licenciatura em Música da Faculdade Evangélica de Salvador, e Professora Substituta na Universidade Estadual de Feira de Santana (2013.2 - 2015.1). Foi Professora Substituta da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia por nove anos em temporadas alternadas. Atualmente ela leciona diversas matérias, dentre elas podemos citar Educação Musical Especial/Inclusiva e Musicografia Braille. Disponível em: <<https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=1203263>>. Acesso em: 20 set. 2023.

³⁵ Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZpmbbkjycN8&t=1s>> Acesso em: 13 set. 2023

musical especial. A seguir, serão contempladas as tecnologias assistivas e a formação do professor para a educação musical inclusiva.

4.2 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO ENSINO DE MÚSICA

À medida em que a humanidade foi se desenvolvendo, o ser humano aprendeu a utilizar aparatos ao seu alcance para conseguir, até certo ponto, uma melhor qualidade de vida. Vários artifícios que buscam facilitar a obtenção do resultado são chamados de tecnologia. Em resumo, a tecnologia pode ser entendida como um conjunto de artifícios que engloba métodos, habilidades de produção, objetos e serviços, criado com a finalidade de tornar a vida do ser humano mais prática e confortável, sejam eles utilizados para criações de objetos simples ou complexos, objetivos ou subjetivos.

Vale pontuar que as tecnologias assistivas passam por doze categorias determinadas por uma portaria interministerial que envolve o Ministérios da Fazenda, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; a portaria de nº 362 de 24 de outubro de 2012. A portaria categoriza as tecnologias assistivas da seguinte maneira:

1 Auxílios para a vida diária e vida prática; 2 CAA - Comunicação Aumentativa e Alternativa; 3 Recursos de acessibilidade ao computador; 4 Sistemas de controle de ambiente; 5 Projetos arquitetônicos para acessibilidade; 6 Órteses e próteses; 7 Adequação Postural; 8 Auxílios de mobilidade; 9 Auxílios para ampliação da função visual e recursos que traduzem conteúdos visuais em áudio ou informação tátil; 10 Auxílios para melhorar a função auditiva e recursos utilizados para traduzir os conteúdos de áudio em imagens, texto e língua de sinais; 11 Mobilidade em veículo; e 12 Esporte e Lazer (BRASIL, 2012).

Quando falamos em educação, são diversas as tecnologias assistivas criadas com o objetivo de auxiliar na aprendizagem e aumentar os rendimentos educacionais dos alunos - isso também inclui a educação musical. A prof^a Brasileira Gotschall Pinto Trindade (2018, p. 13) aponta que a utilização das tecnologias assistivas na educação musical “pode viabilizar e tornar eficiente os processos de aprendizagem musical”. Ela ainda vai além, explicando o que é tecnologia assistiva e ainda enumera diversos exemplos do que vem a ser essas tecnologias:

Tecnologias assistivas ou ajudas técnicas são produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade relacionada a atividade e a participação da pessoa com deficiência ou

com mobilidade reduzida temporária ou definitiva, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida, inclusão social, e também visando uma melhor compreensão de todo processo, seja de aprendizado ou de vivência (Websérie Educação Musical Inclusiva [...], 2021, 6 min 45 s)³⁶

Ainda sobre esse ponto, pode-se compreender que muitas das tecnologias assistivas criadas necessariamente para auxiliar as pessoas com deficiência nas suas dificuldades, podem ser consideradas como tecnologias assistivas no ensino de música. Nesse caso, um aparelho auditivo sendo utilizado para ouvir melhor as notas musicais em um contexto de ensino de música, passa a ser uma tecnologia assistiva para o ensino musical das PcDs.

Quando passamos a analisar a questão da prática instrumental, Louro (2018, p. 89) faz menção ao uso do Theremin (Figura 19) como um instrumento de abordagem interessante para essa questão no contexto da deficiência motora. Sabemos que a prática instrumental, em sua maioria, exige uma certa movimentação e controle técnico dos membros superiores e inferiores do corpo, como é o caso do piano e da bateria. Considerando-se uma pessoa que tem uma baixa ou nenhuma mobilidade nos dedos das mãos, ou até mesmo a ausência desses dedos, o Theremin, por ser um instrumento que reage sonoramente à medida em que ele capta a proximidade do corpo humano através de suas duas antenas, é um instrumento viável e perfeitamente possível de ser tocado por esse público específico.

O Theremin é um instrumento elétrico que funciona emitindo um campo eletromagnético ao qual as suas antenas captam a movimentação do corpo humano, gerando som. Ele possui duas antenas. Uma delas é responsável em controlar os osciladores de frequência sonora, ou seja, ela altera as notas emitidas a medida em que se aproxima (fica mais agudo) e se afasta dessa antena (fica mais grave). A outra antena é responsável por controlar a amplitude sonora, nesse caso, o som fica mais alto quanto mais afastado e mais baixo quanto mais próximo

³⁶ Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vdc2StIPV5A&t=793s>>. Acesso em: 13 set. 2023

Figura 19 – Theremin.



Muitas das tecnologias que vemos hoje sendo utilizadas para auxiliar no ensino de música e prática musical não foram necessariamente criadas para facilitação da aprendizagem das pessoas com deficiência em suas práticas musicais nem sequer para o ensino de música em geral. Lisbeth Soares (Websérie Educação Musical Inclusiva [...], 2021, 4min 50 s)³⁷ reforça esse ponto dizendo que, apesar disso, tais tecnologias são muito utilizadas por esse público como ferramentas fundamentais para exercer tais práticas musicais. Ela exemplifica mencionando os editores de partituras como *Finale*, *Musescore* e *Sibelius* como grandes ferramentas não somente na edição padrão de partituras (mais organizada e de melhor compreensão da escrita, levando em consideração a escrita manual), mas também nessa facilitação da prática musical das PcDs.

Por outro lado, existem tecnologias assistivas que foram criadas necessariamente para auxiliar as pessoas com deficiência nessa tarefa específica do ensino e prática musical. Esse é o caso do sistema de Musicografia Braille (figura 20). De acordo com Dolores Tomé³⁸ (2017, p. 1), o sistema de Musicografia Braille foi criado em 1829 pelo próprio Louis Braille. Dolores fala que mesmo antes do reconhecimento mundial do sistema do alfabeto Braille, seu criador já havia desenvolvido um sistema que incluía a notação musical baseado em seus seis pontos.

³⁷ Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vdc2StIPV5A&t=793s>>. Acesso em: 13 set. 2023

³⁸ Dolores Tomé é professora de Educação Musical com especialização em Musicografia Braille da Escola de Música de Brasília do Distrito Federal e mestre em Ciências da Educação pela Universidade Internacional de Lisboa - Portugal. Atualmente é diretora de Inclusão Cultural da Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Disponível em: <<http://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/475>> . Acesso em: 30 set. 2023.

Um fato histórico muito importante citado pela pesquisadora é que, nessa época, existiam muitos modelos de musicografia para deficientes visuais sendo apresentados à sociedade, mas todos com um certo limite a respeito da dificuldade de leitura e impossibilidade de escrita musical por parte das próprias pessoas com deficiência visual. Diante disso, houve a necessidade de uniformizar uma dessas metodologias para o ensino de música para pessoas com deficiência visual. Sendo assim, aconteceu uma conferência em Colônia, na Alemanha, em 1888, com representantes da Alemanha, França, Inglaterra e Dinamarca, que culminou na unificação do Código Musicográfico Braille, sendo que, essa conferência ficou conhecida como “Chave de Colônia”. Dolores Tomé (2017, p. 2) fala que ao final desse congresso, posteriormente alguns sinais foram modificados, porém, foi nesse congresso que foram definidas as bases da musicografia atual, sendo que, mais à frente na história novos símbolos seriam agregados visando a ampliação do sistema (a autora cita quais foram esses sinais alterados, mas, não fala qual o objetivo dessa ampliação), mas, a estrutura permaneceria a mesma.

Como sistema de ensino de escrita e leitura de partitura para pessoas com deficiência visual, o sistema de musicografia Braille é bem completo, apresentando uma série de combinações baseadas nos seus seis pontos em alto-relevo para leitura tátil. Quanto a isso, Dolores Tomé (2017, p. 5) menciona a criação do “Novo Manual de Musicografia Braille”, lançado em língua inglesa em 1996, e traduzido para o português em 1999, através do patrocínio do Ministério da Educação. Esse manual contém todos os códigos, combinações e explicações dos seis pontos da leitura em Braille reformulados para que se possa ler partituras.

O sistema de musicografia Braille (Figura 20) apresenta elementos da partitura musical de modo completo, como notas musicais, valores de nota e de pausa, fórmulas e compasso, sustenido e bemol, armaduras de clave, sinais de dinâmica e alteração de valores das notas (ponto na frente da nota, duinas, tercinas, quintinas, sextinas etc), mudanças de clave no meio das partituras, notas sobrepostas e etc.

A simbologia Braille para leitura de partituras também é feita baseada nos seis pontos da leitura alfabética. Suas combinações definem todos os aspectos musicais encontrados nas partituras escritas a tinta. É escrita normalmente da esquerda para direita e cada símbolo deve ser escrito nos exatos momentos em que eles surgem na partitura um após o outro.

Figura 21 – Partitura em Braille

Marangone
(Choro - 1939)

João Tomé
(1920-1971)

Flauta

Marangone

Braille musical notation for the title 'Marangone'.

Choro de João Tomé 1939

Braille musical notation for the title 'Choro de João Tomé 1939'.

Braille musical notation for the title 'Choro de João Tomé 1939'.

Braille musical notation for the title 'Choro de João Tomé 1939'.

Braille musical notation for the title 'Choro de João Tomé 1939'.

Braille musical notation for the title 'Choro de João Tomé 1939'.

Disponível em: TOMÉ (2017, p. 12).

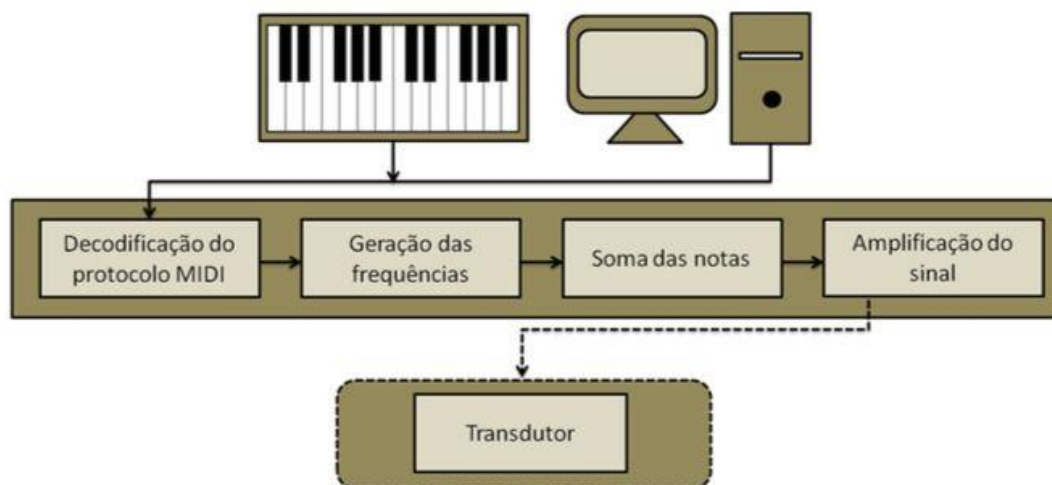
Quando partimos para o campo da deficiência auditiva muitas das práticas metodológicas mudam totalmente. A comunicação visual passa a ser um dos principais meios de aprendizagem do aluno. Cristiano da Silva Benites (2020, p. 43) menciona que os elementos visuais são os principais facilitadores da aprendizagem da população com deficiência auditiva. O pesquisador fala que “os meios metodológicos utilizados na educação da criança surda devem precisamente privilegiar os recursos visuais como meio de facilitar o pensamento, auxiliar na criatividade, uso de linguagem oral, o meio gestual e escrita das crianças, assim possibilita evolução simbólica desses indivíduos”.

Cristiano da Silva Benites (2020, p. 43) fala a respeito da utilização de recursos tecnológico para a facilitação da aprendizagem musical de pessoas com deficiência auditiva. O pesquisador aponta que esses recursos foram desenvolvidos para que a pessoa com deficiência auditiva possa ter uma experiência musical, mencionando também que nos últimos anos foram realizados vários estudos e pesquisas com a finalidade de tentar passar essa experiência musical de acordo com as necessidades do indivíduo.

O *TouchingNotes II* é um projeto de experiência musical para pessoa com deficiência auditiva que utiliza um teclado, computador e pulseira vibratória (figura 22). De acordo com Reis e Castro (2018, p. 4) o projeto foi criado em 2009 por Vinicius Guilherme Muller visando possibilitar a percepção musical de pessoas com deficiência auditiva por meio de um sistema vibrotátil. Quando o usuário toca as notas do teclado, essas notas são convertidas pelo computador em frequência e transmitida para a pulseira presa ao braço do usuário, que as sente através de vibração. A conversão das notas ainda transmite através de suas vibrações a variação por parte da sensibilidade do teclado.

De acordo com Benites (2020, p. 45), o criador do projeto, em um dos testes realizados com uma criança com deficiência auditiva, essa criança relatou que foi possível perceber através da vibração da pulseira aspectos musicais como intensidade, harmonia e tonalidade, e definiu a experiência como agradável e prazerosa. Reis e Castro (2018, p. 5) concluem dizendo que com toda funcionalidade desse projeto, é possível produzir verdadeiras obras musicais de gênero instrumental para a apreciação das pessoas com deficiência auditiva, porém, deixando claro as limitações de interpretação dado que o fator antropológico (a sensibilidade humana na interpretação da obra) estaria ausente, já que o projeto envolve apenas um instrumento musical, que é o teclado.

Figura 22 – Funcionamento do *TouchingNotes II*



Disponível em: Reis e Castro (2018, p. 4)

Um aplicativo simples e que segue a mesma linha do *TouchingNotes II* é o *Ludwig*. Esse aplicativo também possui uma pulseira vibratória para transmitir as sensações das frequências sonoras. De acordo com Benites (2020, p. 47), o *Ludwig* funciona bem parecido com o famoso jogo *Guitar Hero*, no qual, enquanto uma música é tocada, linhas melódicas coloridas aparecem na tela e usuário ouve essa melodia quando toca nas linhas melódicas que aparecem. No caso do *Ludwig*, as vibrações das frequências sonoras são transmitidas para pulseira enquanto o usuário joga. Benites (2020, p. 47) ainda fala que esse aplicativo pode ser utilizado nos celulares com o sistema IOS, e que teve destaque na Conferência de Desenvolvedores da Apple, em 2015.

Para além dos instrumentos tecnológicos, sistemas complexos de linguagem e *softwares*, quando falamos em tecnologias assistivas, mesmo as mais simples adaptações podem ser consideradas como tal. Brasilena Gottschall Pinto Trindade (Websérie Educação Musical Inclusiva [...], 2021, 13 min 2 s) cita materiais de fácil confecção como cartões, cartelas com sinais musicais, materiais em alto relevo; isso para exemplificar que tais materiais, mesmo simples, são considerados tecnologias assistivas, pois, possuem o objetivo de auxiliar e até mesmo possibilitar a aprendizagem e vivência musical das pessoas com deficiência. Brasilena ainda aponta o conceito de materiais didáticos em modelo universal, que seriam materiais onde todo e qualquer aluno, independentemente de ser PcD ou não, poderia utilizar.

Diante do exposto, fica ainda mais clara a importância da utilização de tecnologias assistivas para auxílio da aprendizagem e vivência musical. Através dessas tecnologias, é

possível experimentar sensações, viver experiências e obter maior qualidade de aprendizagem que determinadas deficiências talvez não permitisse vivenciar.

4.3 FORMAÇÃO DOCENTE

Lisbeth Soares (2006, p. 5) expõe uma visão de que, para alguns professores, a inclusão já está acontecendo; para outros, ainda é uma inovação para a qual não estão preparados. Ainda assim, ela diz que a reflexão a respeito desses novos paradigmas deve acontecer, deixando claro que essas discussões realizadas nos diferentes contextos escolares é o caminho para que a inclusão seja uma realidade.

Soares (2006, p. 10) cita um problema na visão a respeito do ensino de música. Ela faz menção ao fato de que “o acesso à música (e às artes em geral) é muitas vezes restrito aos talentosos, aos que têm “dons artísticos” ou somente aos que têm recursos financeiros”. A pesquisadora menciona que isso produz um entendimento de que essa área de conhecimento não é para todos, mas sim, para uma minoria privilegiada. Essa situação acaba por gerar a falsa ideia de que a educação musical é menos importante do que outras disciplinas, e acaba excluindo ainda mais aqueles com dificuldades de acesso ao ensino de música para além das necessidades especiais; processo esse que é tão importante para a formação integral do indivíduo.

De acordo com Koellreutter (*apud* SOARES, 2006, p. 11), a ideia central da educação musical não é profissionalizar, mas sim, desenvolver a sensibilidade estética e artística, ampliar a percepção de detalhes e a memorização. Fazendo com que o aluno tenha contato com a apreciação musical da sua realidade e de outras, acrescentando riqueza à sua visão de mundo.

Para além dessa importância sociocultural do indivíduo, Viviane Louro (2018, p. 89) aponta em seu trabalho que pessoas com Transtorno do Espectro Autista, por exemplo, podem se beneficiar muito com as aulas de música. Ela pontua esses benefícios dizendo que:

Esses indivíduos podem se beneficiar com a música tanto no âmbito terapêutico, quanto pedagógico, porque as atividades musicais podem contribuir no desenvolvimento de aspectos verbais, gestuais, comunicação, reorganização linguística, teoria da mente, reorganização psicomotora e desenvolvimento do processamento auditivo central (LOURO, 2018, p.89)

Diante do que foi exposto, fica perceptível que a necessidade da inclusão é uma realidade que todos os professores de música poderão vivenciar em algum momento. No campo da docência musical, é notória a importância do acesso ao ensino de música não só no aspecto cultural, mas também, em diversos outros pontos da formação integral da pessoa. O que nos leva a tentar imaginar quais caminhos devem ser percorridos para que a inclusão seja um fato em todas as instituições de ensino.

Obviamente, os caminhos para chegarmos a esse ponto passam por diversas esferas, desde a conscientização das pessoas a respeito do papel da pessoa com deficiência na sociedade, quanto a maiores investimentos por parte dos governantes com mais políticas públicas voltadas a inserção das PcDs nos meios sociais e até mais investimento financeiro em infraestruturas e materiais específicos para trabalhar da melhor maneira com esse público. Porém, apesar de todos estes pontos, talvez o mais importante para a efetivação da educação musical inclusiva seja o fator humano, os recursos humanos, ou seja, a maneira como o professor atua e desempenha sua função.

Um outro ponto igualmente importante é a formação dos professores. Lisbeth Sores (2006 p. 85) traz a público uma pesquisa que aponta para a importância da formação de professores de maneira inicial e continuada. Ela afirma que esse é um ponto que gera muitas discussões e análises, mas, é possível perceber que a formação continuada é extremamente importante para a qualidade do ensino. Leite e Aranha (*apud* SOARES 2006, p. 85) sugere que a formação continuada é um recurso fundamental para a transformação do sistema educacional. Zabalza (*apud* SOARES 2006, p. 85) é mais preciso em explicar sua importância:

a formação do professor deve ocorrer ao longo da vida, independentemente do nível de ensino no qual atua, em uma combinação entre formação inicial e formação continuada. Isto porque o fato de ter uma titulação não indica estar pronto para a atuação, já que há a necessidade de rever a prática e ter acesso a novos elementos. Neste sentido, a formação continuada acaba sendo mais eficaz do que a formação inicial (ZABALZA *apud* SOARES, 2006, p. 85).

Oliveira (*apud* SOARES 2006, p. 86) parte para o campo da educação inclusiva dizendo que a formação inicial e continuada é um ponto chave nesse assunto, já que novos paradigmas são lançados constantemente para aqueles que considerem a coexistência das diferenças como um objetivo. Segundo esta autora, as mudanças significativas na formação dos professores só acontecerão a longo prazo, “já que se faz necessária uma análise profunda das práticas escolares e da realidade social, entendendo que alguns limites impostos pelas questões sociais, econômicas e culturais são difíceis de serem superados”. Capelline (*apud* SOARES 2006, p.86)

conclui dizendo que é preciso ter um envolvimento de todas as partes nesse processo de inclusão para que a mudança aconteça, nunca deixando de lado as particularidades de cada indivíduo.

É possível perceber que a formação inicial tem sim a sua importância no papel de dar um norte aos educadores, preparando-os não somente na questão do conhecimento teórico necessário para se colocar como professor, mas também na preparação para lidar com alunos em sala de aula. Porém, haja vista o que foi falado por esses pesquisadores, a formação continuada tem um papel mais importante, levando em consideração que a vivência profissional traz diversas questões e pode trazer situações que não foram abordadas em sala de aula, além do mais, como foi citado, existe a necessidade de o professor estar constantemente se atualizando visando um aprimoramento de suas práticas metodológicas.

4.4 CAMINHOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO MUSICAL INCLUSIVA

É importante destacar que o professor tem um papel de extrema relevância para a sociedade, formando os cidadãos que nela habitam em todas as esferas; seja na esfera profissional, cultural e social. Simultaneamente, esse papel desempenhado pelo professor é extremamente difícil e desafiador porque demanda do profissional a capacidade de se adaptar a diversas realidades que se encontram presentes em uma sala de aula, ao mesmo tempo em que essas realidades, muitas vezes, se mantêm ocultas, demandando ao professor uma sensibilidade extra em perceber ao longo da convivência com o aluno, que algo precisa de uma atenção extra.

Penna (*apud* SILVA e ALMEIDA 2018, p. 83) menciona que alguns dos grandes desafios da educação musical especialmente nas escolas públicas são “turmas grandes, falta de condições materiais, baixos salários, desvalorização do professor, indisciplina ou violência, entre outros”. A autora deixa claro que esses problemas estão dentro de todas as áreas do conhecimento, porém, ela destaca que, diferente das outras disciplinas, a educação musical ainda conta o problema na desvalorização na grade curricular. Disciplinas como língua portuguesa e matemáticas são tidas como mais importantes e conseqüentemente acabam se apropriando de uma parcela muito maior na organização curricular.

Para além dessas questões, Silva e Almeida (2018, p. 79) apresentam um estudo em que dizem que muitos dos professores de música não se sentem preparados para uma sala de aula

visando um “ensino inclusivo, coerente e sensível”. As pesquisadoras falam que esses professores apontam a formação inicial como insuficiente nesse sentido, mencionando que, apesar de haver disciplinas voltadas a educação inclusiva, ainda assim, esses professores não sentem suficientemente aptos para atender aos alunos com deficiência.

Apesar dessas dificuldades, muitas são as práticas metodológicas e técnicas adaptadas que visam não somente auxiliar o professor em sala de aula como também tornar o ambiente educacional um local propício para que aconteça a educação inclusiva. Viviane Louro (*apud* SILVA e ALMEIDA 2018, p. 85) menciona que muitas vezes existe a necessidade de que sejam feitas adaptações tanto na metodologia praticada em sala de aula quanto nos materiais que serão utilizados, visando facilitar a aprendizagem dos alunos com deficiência e sua participação integral na atividade. Essas adaptações são feitas em diversos pontos da prática docente; são eles:

adaptações de objetivos e conteúdos; adaptação dos métodos de ensino e do material; arranjos musicais que levem em consideração as possibilidades e limitações dos alunos; e adaptação “técnico-musical”, que possibilita mudar a forma convencional de tocar um instrumento (LOURO *apud* SILVA e ALMEIDA 2018, p. 85)

Ainda de acordo com Louro (2012, p. 43) existem alguns pontos a respeito da conduta do professor (padrão comportamental e visão acerca da deficiência) que a pesquisadora põe como fundamentais que sejam trabalhados de maneira interpessoal visando alcançar um resultado de qualidade na educação musical inclusiva:

Quebra das barreiras atitudinais e preconceitos; Conhecimento mais profundo das deficiências; Conhecimento pormenorizado do aluno; Intercâmbio de informações com outros profissionais (fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos ou psiquiatras); Definição clara e realista das metas pedagógico-musicais que dependerão de muitas variantes: do tipo de deficiência do(s) aluno(s), de seus potenciais de aprendizagem e faixa etária, do tamanho da turma, da proposta da aula, entre outras; Estratégias diferenciadas para as aulas e avaliações (LOURO, 2012, p. 43).

Vale sempre mencionar que um dos objetivos da educação musical inclusiva é a convivência harmoniosa entre pessoas diferentes em vários níveis, tanto em questões sociais, religiosas, políticas, étnicas, como também entre pessoas com ou sem deficiência; em um ambiente pedagogicamente preparado para que todos aprendam música juntos. Partindo desse ponto, Silva e Almeida (2018, p. 85) argumentam que, para que seja possível alcançar a inclusão, primeiramente é preciso ter a convicção de que todos os alunos, mesmo o que possuem alguma deficiência são capazes de “construir conhecimentos e habilidades específicas referentes à Arte Musical, sejam eles teóricos, práticos ou instrumentais”. As pesquisadoras

mencionam que existe a visão de que, para as PcDs, a música serve apenas de maneira terapêutica ou como instrumento de recreação, reabilitação e socialização. Apesar da música servir de fato como instrumento terapêutico em alguns casos específicos onde existem profissionais aptos para desenvolver um tratamento através dela, se o objetivo for a aprendizagem musical, é necessário que o professor desenvolva uma empatia capaz de solucionar qualquer problema de aprendizagem do aluno, de maneira que esse aluno participe integralmente da aula e desenvolva seu potencial de aprendizagem junto aos demais colegas.

Um ponto fundamental na prática docente inclusiva é que o professor deve conhecer seus alunos individualmente, de maneira a conhecer seu diagnóstico, seus limites e o seu potencial. Isso faz com que o professor possa desenvolver sua metodologia de acordo com cada ritmo de aprendizagem, levando em conta adaptações necessárias no material didático/pedagógico, ponderando sobre o potencial de desenvolvimento do aluno e avaliando esse desenvolvimento, tendo um olhar mais voltado para a busca por independência educacional (SILVA e ALMEIDA, 2018, p. 87).

Luiza Guacira Silva (2009, p. 180) é muito precisa em sintetizar o processo de inclusão:

É um processo ao mesmo tempo de construção e de reconstrução de saberes, de começos e de recomeços, que possibilita a passagem dos princípios da “lógica da exclusão” – fortemente enraizada nas práticas educativas – para a “lógica da inclusão”, que preconiza o respeito às diferenças, à singularidade, às potencialidades e às capacidades de cada um e à associação dos sujeitos ao contexto no qual estão inseridos (SILVA, 2009, p. 180).

Analisando tudo o que foi falado sobre a prática da educação musical inclusiva, pode-se dizer que para se obter uma educação inclusiva de qualidade, o principal ponto está na conscientização do papel do próprio professor. É extremamente necessário que essa figura tenha noção da importância do seu papel enquanto agente difusor da educação musical inclusiva. Isso passa obrigatoriamente pela disposição desse agente em estar preparado em diversos pontos. É uma tarefa que exige do profissional a conscientização sobre os limites e potencialidades dos seus alunos, além de todo um suporte de conhecimento teórico e prático de como lidar com esses limites, e a necessidade, muitas vezes, de possuir uma série de materiais didáticos adaptáveis. Além disso, exige do professor mudanças reais de pensamento voltadas para si mesmo em muitos casos, pois, por vezes o docente precisa identificar e lidar com o próprio preconceito.

Ainda assim, é necessário evidenciar que, mesmo tendo esse papel tão importante, o professor não pode ser unicamente responsabilizado por todos os aspectos do processo de

educação dos seus alunos. Os fatores externos à conduta do profissional como, infraestrutura adequada, materiais de apoio e tecnologia assistivas de difícil acesso (à exemplo de materiais específicos de alto valor financeiro), e o apoio adequado das famílias desses alunos, devem ser levados em consideração quando formos debater quais os caminhos para se alcançar com efetividade a educação inclusiva.

5 ENSINO DE MÚSICA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM SERGIPE

De acordo com Marcos dos Santos Moreira (2006, p. 46) o processo de desenvolvimento da educação musical em Sergipe não é diferente do restante do país. O pesquisador menciona que em Sergipe, assim como em todo Brasil, os métodos de ensino utilizados vieram da Europa, em particular da Itália, Portugal e Alemanha. As origens desse processo vêm desde o século XVII com a criação das orquestras sacras que serviram de inspiração para a criação das filarmônicas que, hoje em dia, pode-se dizer que são um dos principais difusores do ensino de música nas cidades do interior.

Em Sergipe, essas filarmônicas têm um importante papel social e cultura para o estado, não só mantendo vivo esse patrimônio cultural (algumas com mais de cem anos de idade, como é o caso da filarmônica Euterpe Maruinense que foi fundada em 5 de outubro de 1875 e possui 148 anos), que levam música instrumental pra diversos cantos do interior e da capital, como também formando profissionais que veem no ensino de música uma porta para o mercado de trabalho.

Dito isso, nesta pesquisa, já foi possível abordar as práticas metodológicas e outros fatores que envolvem o ensino de música para pessoa com deficiência; suas abordagens, suas possibilidades, materiais didáticos, tecnologias assistivas e os diversos benefícios advindos do estudo e da prática musical.

A partir desse ponto, chegamos na parte final desta pesquisa que objetiva traçar um panorama do ensino de música para pessoa com deficiência no estado de Sergipe. Infelizmente, um trabalho de campo mais minucioso (com o acompanhamento de aulas de música em sala de aula, ver na prática a utilização de tecnologias assistivas etc.) não será possível devido ao tempo de finalização do projeto, pois, neste caso, seria necessária a submissão antecipada ao comitê de ética em pesquisas com seres humanos. Sendo assim, optou-se por fazer na pesquisa uma análise de dados públicos. Então, um recorte possível de ser feito foi focar na formação dos professores, visto que este pode ser um dos pontos mais importantes para a efetividade da inclusão.

Em Sergipe, existem precisamente 318 escolas estaduais cadastradas no site da Secretaria Estadual de Educação, e todas essas escolas tiveram os seus dados analisados. Essas escolas

às escolas da rede estadual de ensino é saber quantos desses profissionais da educação são formados em música, se possuem algum tipo de formação para o ensino inclusivo de música, mais especificamente, voltado à inclusão da pessoa com deficiência.

Como citado anteriormente, a rede estadual de ensino conta com um total de 318 escolas cadastradas presentes nos 75 municípios. Dessas 318 escolas, 23 contam com professores que possuem graduação em música, e dessas 23, somente dois professores possuem algum tipo de formação ³⁹na área de educação musical inclusiva⁴⁰. A seguir iremos apresentar uma lista com os diretórios, cidades e nomes das escolas que possuem professor licenciado em música.

5.1 ESCOLAS ESTADUAIS DE SERGIPE

5.1.1 DEA (Diretoria de Educação de Aracaju)

5.1.1.1 Cidade de Aracaju.

- Centro de Excelência de Educação Profissional José Figueiredo Barreto⁴¹
- Centro de Excelência José Rollemberg Leite⁴²
- Colégio Estadual 24 de outubro⁴³
- Colégio Estadual Jackson de Figueiredo⁴⁴
- Colégio Estadual Tobias Barreto⁴⁵
- Conservatório de Música de Sergipe⁴⁶

5.1.2 DRE02 (Diretoria Regional de Educação 02)

³⁹ Apenas dois professores possuem algum tipo de formação em educação musical inclusiva, os demais não possuem nenhum tipo de formação nem educação inclusiva, nem em educação musical inclusiva, de acordo com os dados públicos encontrados.

⁴⁰ Esses dados não incluem o Conservatório de Música de Sergipe.

⁴¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=15> Acesso em: 26 de novembro de 2023

⁴² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=25> Acesso em: 26 de novembro de 2023

⁴³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=46> Acesso em: 27 de novembro de 2023

⁴⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=24> Acesso em: 28 de novembro de 2023

⁴⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=38> Acesso em: 30 de novembro de 2023

⁴⁶ No caso do Conservatório de Música de Sergipe, por ser uma importante instituição de ensino de música, haverá um tópico específico para detalhar mais sobre seu funcionamento.

5.1.2.1 *Cidade de Simão Dias.*

- Centro de Excelência Dr. Milton Dorta⁴⁷

5.1.3 DRE03 (Diretoria Regional de Educação 03)

5.1.3.1 *Cidade de Itabaiana.*

- Colégio Estadual Padre Mendonça⁴⁸

5.1.3.2 *Cidade de Moita Bonita.*

- Colégio Estadual Djenal Tavares de Queiroz⁴⁹

5.1.4 DRE05 (Diretoria Regional de Educação 05)

5.1.4.1. *Cidade de Gracho Cardoso.*

- Colégio Estadual Manoel Alcino do Nascimento⁵⁰

5.1.4.2 *Cidade de Nossa Senhora das Dores.*

- Centro de Excelência Educação Profissionalizante Berila Alves de Almeida⁵¹
- Colégio Estadual General Calazans⁵²

5.1.5 DRE06 (Diretoria Regional de Educação 06)

5.1.5.1 *Cidade de Canhoba.*

- Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral São Francisco de Assis⁵³

5.1.5.2 *Cidade de Neópolis.*

- Centro Estadual de Educação Profissional Agonalto Pacheco Silva⁵⁴

5.1.5.3 *Cidade de Pacatuba.*

⁴⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=130> Acesso em: 3 de dezembro de 2023

⁴⁸ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=195>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

⁴⁹ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=178>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

⁵⁰ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=248>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

⁵¹ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=1388>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

⁵² <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=247>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

⁵³ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=271>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

⁵⁴ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=252>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

- Centro de Excelência Dr. Leandro Maciel⁵⁵

- Colégio Estadual Nossa Senhora Santana⁵⁶

5.1.6 DRE08 (Diretoria Regional de Educação 08)

5.1.6.1 Cidade de Maruim.

- Centro de Excelência Dr. Alcides Pereira⁵⁷

5.1.6.2 Cidade de Nossa Senhora do Socorro.

- Centro de Excelência Educação Profissional Governador Seixas Dória⁵⁸

- Colégio Estadual Maria Jose Santos Souza⁵⁹

- Escola Estadual Poeta Joao Freire Ribeiro⁶⁰

- Escola Estadual Zumbi dos Palmares⁶¹

5.1.6.3 Cidade de Santo Amaro das Brotas.

- Colégio Estadual Esperidião Monteiro⁶²

5.1.6.4 Cidade de São Cristovão.

- Colégio Estadual Padre Gaspar Lourenco⁶³

- Escola Estadual Professora Neide Mesquita⁶⁴

Vale ressaltar que os dados apresentados foram colhidos através de pesquisa no *site* da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado de Sergipe. Embora o site tenha o cadastro de todas as escolas da rede estadual de ensino e seus funcionários, em sua maioria, especificamente as informações sobre a graduação dos professores de artes vem com a frase

⁵⁵ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=257>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

⁵⁶ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=289>>. Acesso em: 4 dez. 2023.

⁵⁷ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=230>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

⁵⁸ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=1363>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

⁵⁹ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=352>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

⁶⁰ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=349>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

⁶¹ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=364>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

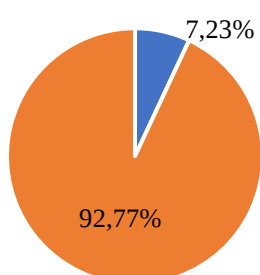
⁶² <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=336>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

⁶³ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=322>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

⁶⁴ <<https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=353>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

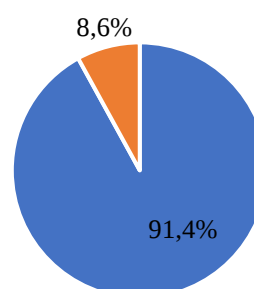
“licenciatura plena em artes”, em alguns poucos casos, já informa qual a graduação do profissional. Daí veio a necessidade de pesquisar pelo currículo Lattes desses profissionais, para sabermos qual o seu curso de nível superior. Ainda assim, em alguns casos, o professor não possui currículo cadastrado na plataforma Lattes. Também vale pontuar que para alguns casos, as informações gerais sobre alguns professores constam com a frase “não há cadastro de qualificação”.

Escolas da Rede Estadual de Ensino



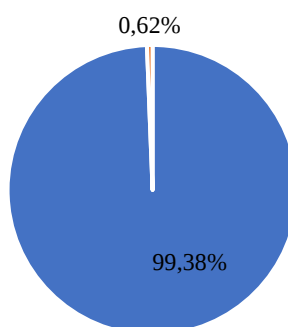
- Possui professor licenciado em música
- Não possui professor licenciado em música

Professores graduados em música



- Professores de música sem nenhum tipo de formação em educação inclusiva
- Professores de música com algum tipo de formação em educação musical inclusiva

Escolas com professor com alguma formação em educação musical inclusiva.



- Sem nenhum tipo de formação em Educação Musical Inclusiva
- Com algum tipo de formação em Educação Musical Inclusiva

5.2 CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE SERGIPE

Partindo agora para o Conservatório de Música de Sergipe, a instituição possui um total de 69 funcionários, dentre os quais, 48 são professores de música atuando diretamente na instituição e os outros 21 funcionários estão divididos entre os cargos de agentes administrativos, executores de serviços básicos e vigilantes. O quadro de professores conta com professores efetivos e contratados além professores cedidos por outras redes estaduais de ensino.

Em consulta ao Projeto Político Pedagógico do Conservatório de música de Sergipe (2017, p. 13), é possível constatar que seu objetivo geral é “propiciar o desenvolvimento artístico-musical da comunidade sergipana atuando na formação musical inicial de crianças, jovens e adultos e capacitando profissionais para operarem no campo de trabalho musical”. Isso posto, é preciso deixar claro que o foco maior da instituição não é formar músicos para uma carreira na docência, mas sim, formar instrumentistas qualificados, já que, em sua proposta curricular (2017, p. 13) ele não faz menção ao desenvolvimento de músicos docentes, citando objetivos como o desenvolvimento de habilidades específicas em instrumentos, resolução de problemas que envolvam conhecimento teórico, qualificar seus alunos em manipulação de equipamentos de áudio e de informática relativos a música, instrução do funcionamento do mercado de trabalho e dos direitos e deveres na profissão de músico.

Ainda de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Conservatório de Música de Sergipe, em sua grade curricular, não existem disciplinas voltadas ao ensino de música para pessoas com deficiência. Dentro desse PPP existem projetos voltados à musicalização de crianças, mas nada voltado diretamente à pessoa com deficiência.

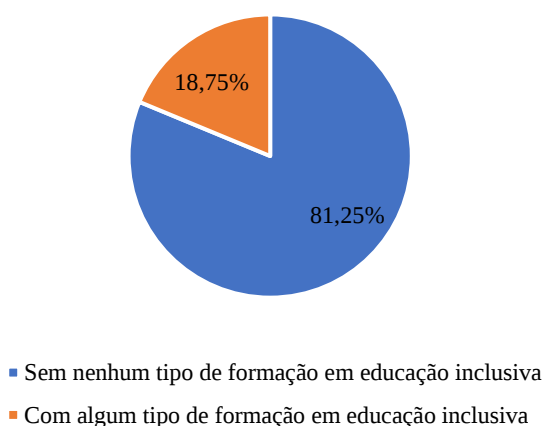
O *site* da Secretaria Estadual de Educação possui as informações de todos os profissionais que atuam no Conservatório de Música de Sergipe de maneira mais atualizada do que no *site* do próprio Conservatório. É possível visualizar informações como suas qualificações, jornada de trabalho mensal, o cargo em exercício (no caso dos professores, não especifica qual a área que leciona), vínculo empregatício (efetivo, contrato temporário, servidor externo requisitado), dentre outras. Porém, muitos desses professores constam nesse *site* com uma graduação que não está relacionada a música. Diante disso, assim como feito para os professores da disciplina

artes das escolas de ensino regular, uma pesquisa mais aprofundada na Plataforma Lattes se fez necessária.

Na plataforma Lattes é possível ter acesso ao currículo da grande maioria desses professores (18 professores não possuem currículo Lattes disponibilizado), e é possível ver que todos aqueles que têm o currículo Lattes disponibilizado, possuem graduação em música, porém, não foi possível obter informações sobre sete professores, pois, não estão cadastrados como graduados em música no site da SEED (Secretaria Estadual de Educação) e também não possuem currículo Lattes disponível.

Dentre os currículos Lattes disponibilizados foi possível ver que alguns professores possuem cursos de formação em educação voltada à pessoa com deficiência como, por exemplo, LIBRAS e musicografia BRAILLE. O quadro total de professores do Conservatório de Música de Sergipe conta com 48 docentes. Desse total, nove possuem em seu currículo algum tipo de formação em educação musical inclusiva⁶⁵.

Professores do Conservatório de Música de Sergipe



⁶⁵ Foram consideradas as formações em educação musical inclusiva (ex.: Musicografia Braille) e em educação inclusiva (Ex. Libras), que podem ser usadas para facilitar o ensino musical inclusivo.

5.3 DEPARTAMENTO DE MÚSICA DA UFS

Assim como o Conservatório de Música de Sergipe, uma descrição mais detalhada a respeito das atividades do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe se faz necessária haja vista que o curso forma diretamente profissionais na área da educação musical.

No site da Universidade Federal de Sergipe, mais precisamente na página do Departamento de Música, podemos ter acesso a diversas informações sobre o curso. Uma dessas informações é que o quadro de funcionários conta com 12 pessoas no total, sendo 11 professores efetivos (todos com nível de doutorado), e um funcionário técnico administrativo. É possível ver no currículo Lattes desses professores que apenas dois professores possuem formações⁶⁶ complementares na área de inclusão para a pessoa com deficiência e os mesmos professores possuem projetos de pesquisa e ações de extensão nesta área.

- Cursos de formação complementar em educação musical inclusiva:
 - 1) Ensinando e Aprendendo Mediante Pessoas com Deficiência.
 - 2) O tratamento da dislexia através da caixa de trabalho - Práticas pedagógicas para crianças especiais.
- Projetos de pesquisa que abarcam a figura da pessoa com deficiência:
 - 1) Música e Saúde: uma visão bilateral sobre os benefícios interacionais⁶⁷.
 - 2) Dislexia e Música: uma revisão integrativa⁶⁸.
- Ações de extensão voltadas à inclusão de pessoas com deficiência:
 - 1) Curso de Musicografia Braille para iniciantes⁶⁹

⁶⁶ Foram consideradas as formações em educação musical inclusiva (ex.: Musicografia Braille) e em educação inclusiva (Ex. Libras), que podem ser usadas para facilitar o ensino musical inclusivo.

⁶⁷ Em sua descrição, esse projeto diz que pretende oferecer cursos iniciais de capacitação para os profissionais da área da música e da saúde ao mesmo tempo em que fornece recursos que possibilitem a inclusão das pessoas com deficiência.

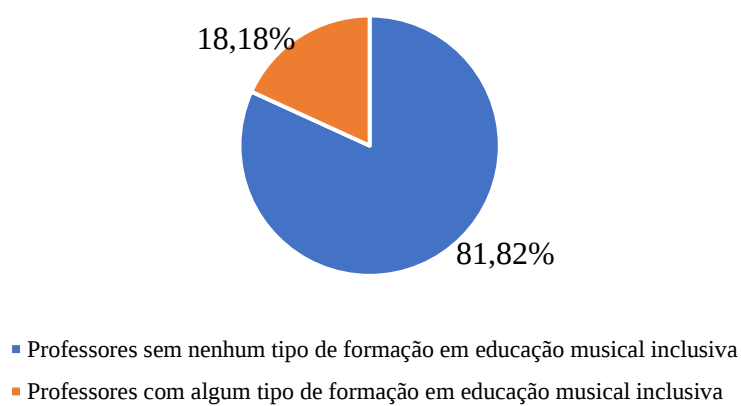
⁶⁸ Através de uma revisão integrativa sobre a dislexia e a música, possível mediante coleta de dados públicos, este projeto de pesquisa pretende responder qual o efeito da música em pessoa com dislexia.

⁶⁹ Em sua descrição, o curso diz ofertar uma introdução à musicografia Braille, apresentando aos participantes os elementos mais básicos para a compreensão do funcionamento da escrita de partituras; regras de escrita e leitura. Como exigência para participar desse curso, se diz necessário que os inscritos sejam fluentes na leitura de partituras.

- 2) A voz produzida sem laringe e coral de laringectomizados totais (dois professores trabalham em conjunto nesse projeto com uma terceira profissional da área da fonoaudiologia)

Dentre os dois professores mencionados, um deles possui no Mestrado em Música, a dissertação com título: Dislexia e Educação Musical: uma revisão integrativa. Este mesmo tema também está presente em apresentações e eventos científicos.

Professores do Departamento de Música da UFS



O Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Sergipe possui em sua grade curricular diversas disciplinas que em suas ementas tratam de abordar sobre o ensino de música de uma maneira geral, pontuando sobre grandes educadores musicais, suas histórias, suas metodologias, objetivos pedagógicos, práticas de ensino, exercícios em sala de aula, confecção de materiais etc. Dentre essas disciplinas que abordam esse tipo de tema podemos mencionar “Fundamentos da Educação Musical I e II” e “Metodologia do ensino de Música I e II”. O curso possui um total de 3210 horas, sendo que 600 horas são de disciplinas optativas.

Uma dessas disciplinas merece destaque nesse trabalho por tratar diretamente do ensino de música para pessoas com deficiência; é o caso da disciplina “Música e necessidades especiais”. Em sua ementa ela fala que a disciplina explana sobre o conhecimento da legislação educacional a respeito das necessidades especiais, fala também sobre os diversos tipos de necessidades educacionais especiais sobre uma perspectiva educacional teórica e prática, e apresenta os principais recursos a serem utilizados na educação musical de pessoas com necessidades educacionais especiais. Apesar da importância dessa disciplina, ela existe na grade curricular do curso apenas como uma disciplina optativa, porém, a coordenação do curso informou que na reforma curricular que está em fase final, essa disciplina passará a ser ofertada

de forma obrigatória. Além disso, sua nomenclatura passará a ser “Educação Musical Especial e Inclusiva”

O Departamento de Música da UFS conta com 176 Trabalhos de Conclusão de Curso presentes em seu acervo. Desse número, foram encontrados dois TCCs com o tema voltado a educação musical inclusiva. Porém, em pesquisa no currículo Lattes dos professores do departamento, foi possível identificar mais um Trabalho de Conclusão de Curso com o tema da educação musical inclusiva. Além disso, foi solicitado ao DAA uma lista com todos os egressos do Curso de Música, porém, até esse momento, não houve retorno.

Os quatro TCCs cujos temas foram voltados para a área da educação musical e deficiência são:

- 1) O ensino de música para pessoas com deficiência visual no COEPD/CAP em Aracaju. (José Gilvan Silva dos Santos, 2020 – aluno com deficiência visual)
- 2) A música como um ponto de intersecção entre Louis Braille, Jacques Lusseyran e a inclusão do cego em Aracaju. (Diogo Santos de Oliveira, 2015 – aluno com deficiência visual)
- 3) A potencialidade da música no tratamento de crianças com transtorno do espectro autistas. (Fabiano Santana Dias, 2018) – não encontrado nos arquivos físicos do DMU

Em 2023, a UFS divulgou a Resolução nº 49/2023 que é a sua política de acessibilidade e inclusão da pessoa com necessidades específicas. Essa resolução se inicia considerando e pondo em evidência uma série de Leis Federais, Resoluções, Portarias e Decretos que garantem os direitos das pessoas com necessidades específicas, se baseando nelas para pôr em prática a sua política de acessibilidade e inclusão.

Um ponto importante a mencionar é que essa resolução deixa claro que “necessidades específicas” engloba o campo das pessoas com deficiência, mas não apenas (ex.: pessoas com altas habilidades). A Resolução define que as necessidades específicas podem ser de caráter permanente ou não, deixando transparecer que qualquer um pode ter necessidades específicas. Já no caso da pessoa com deficiência, a Resolução menciona que são aquelas pessoas que possuem algum tipo de impedimento à longo prazo, sendo esses do tipo físico, intelectual, sensorial e múltiplos.

Um outro ponto importante a mencionar está presente no Art. 11 dessa Resolução. Esse artigo fala em promover cursos e atualizações relacionados à deficiência, inclusão e acessibilidade que englobem aspectos conceituais e a legislação vigente. Além disso, em seu inciso primeiro ele trata de garantir formação inicial e continuada aos servidores que prestam assistência a pessoa com deficiência. Em seu inciso segundo, designa órgãos como a PROGEP para identificar todo e qualquer servidor que se enquadre como pessoa com necessidades específicas para que haja melhorias funcionais e adaptações em seu ambiente de trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história nos mostrou que a figura da pessoa com deficiência sempre existiu mesmo nos mais remotos períodos da história. Em eras mais antigas, em que a luta pela sobrevivência diante da lei do mais forte era o sistema que predominava, a pessoa com deficiência era constantemente abandonada à própria sorte, sem contar aqueles que já em seu nascimento eram sacrificados por seu próprio grupo sem nenhum tipo de chance à vida.

À medida em que a sociedade se torna mais civilizada, mesmo desenvolvendo conhecimento em diversos assuntos como engenharia, filosofia, biologia, religião, dentre outras, certas práticas de extermínio, abandono e marginalização não deixam de existir e parecem até mesmo se intensificar em algumas regiões pelo mundo. Buscando respaldo em fatores sociais e religiosos para justificar essas ações. Porém, vale ressaltar que em algumas sociedades como a egípcia, a tratativa era bem diferente, já que, em alguns lugares era cultural cuidar da pessoa com deficiência, ter-lhe respeito e reconhecimento de seu valor como membro da sociedade.

Com a ascensão do cristianismo que prega que todos eram filhos de Deus e, portanto, eram vistos como iguais, a pessoa com deficiência passa a ter um vislumbre maior de misericórdia por parte daquelas sociedades que tanto os desprezavam. Posteriormente, com o avanço das diversas áreas do conhecimento humano, a pessoa com deficiência finalmente começa a ocupar seu lugar na sociedade. Não somente o avanço das tecnologias assistivas é um fator essencial para isso, como também a melhor compreensão a respeito das deficiências individuais de cada cidadão e suas limitações, além também do seu paradigma emancipatório. Para isso, um longo e árduo caminho de conscientização da sociedade foi percorrido, tendo a figura da PcD, seus familiares e amigos como figuras centrais dessa trajetória.

O reconhecimento da necessidade de proteção da figura das PcDs perante as leis do Estado é um fator importante na busca por equidade junto à sociedade. Leis foram criadas para garantir os direitos das pessoas com deficiência. Essas leis se fazem presentes em diversos quesitos, dentre esses, é possível afirmar que um dos principais é a educação, pois é através da formação educacional das pessoas que é possível alcançar o conhecimento necessário para se tornar um cidadão consciente e participativo na sociedade.

Em Sergipe, é possível constatar que é baixo o número de professores graduados em música atuando na rede estadual de ensino. É menor ainda quando focamos naqueles professores que possuem alguma formação em educação musical inclusiva. Apesar disso, deve ser levado em consideração que a disciplina de artes pode ser ministrada por quatro tipos de profissionais com licenciaturas distintas; música, artes cênicas, artes visuais e dança, o que com certeza é um grande fator ligado a esse baixo número. Ainda assim, levando em consideração a ausência de algum tipo de formação na área da educação musical inclusiva desses profissionais da educação musical atuantes nas escolas estaduais, percebemos que esse aspecto tão importante na formação docente é deixado de lado, apresentando assim uma lacuna significativa na qualificação daqueles que são responsáveis pela formação educacional e cultural dos jovens.

O Conservatório de Música de Sergipe, ligado à rede estadual de ensino, possui um número maior de professores com algum tipo de formação em educação inclusiva e educação musical inclusiva. Em meio aos 48 professores atuante na instituição, consta nos dados públicos disponibilizados que nove possuem algum tipo de formação na área da educação inclusiva. Ainda assim, há de se perceber que é um número pequeno comparado ao número total, o que nos remete ao mesmo pensamento de que existe uma lacuna muito grande na qualificação profissional desses professores.

Um órgão de grande importância, o Departamento de Música da Universidade Federal de Sergipe, é o centro que forma profissionais da docência na música. Infelizmente, também consta nos dados públicos disponibilizados que um número baixo de professores possui alguma formação em educação inclusiva e educação musical inclusiva, já que, de 11 professores, somente dois possuem alguma formação nessa área.

Após um levantamento feito no Departamento de Música da UFS, constatou-se que existem 176 Trabalhos de Conclusão de Curso guardados no setor. Esse número nos faz levantar o seguinte questionamento: como acontece a inserção dos egressos no mercado de trabalho? Há de se considerar que alguns estão atuando no Conservatório de Música, outros estão nas próprias escolas de rede estadual (de Sergipe e outros estados), rede federal, rede municipal e escolas particulares, também devem estar dando aulas particulares em escolas independentes de música. É preciso pontuar que a ausência de concursos públicos que contemplem especificamente esses profissionais também é um fator que acarreta nesse baixo número.

Devido à importância da formação do professor para a inclusão efetiva, é possível sugerir que os professores passem por cursos ou disciplinas (durante a licenciatura) com este tema da educação inclusiva. A grade curricular das faculdades de música deveria ser mais preenchida com disciplinas voltadas ao ensino inclusivo de música. Além disso, o estado deveria fornecer cursos de capacitação para esses professores. Pode-se supor que uma parceria com a Universidade Federal de Sergipe para ofertar tais cursos seja de grande proveito, não somente para os professores de música, como também aqueles formados em alguma das artes, e que tenham que lidar com música de alguma maneira em sala de aula.

O objetivo desse trabalho, como dito inicialmente, tem a ver com entender como funciona o ensino de música para pessoa com deficiência no estado de Sergipe. Os números apresentados pelo levantamento de professores de música presentes nas escolas estaduais dão uma dimensão do quanto o ensino de música pode estar presente nessas escolas. O que preocupa além do baixo número de professores de música presentes, é a falta de preparo na formação para lidar com o ensino inclusivo. O que isso demonstra é que o cenário da educação musical inclusiva no estado de Sergipe encontra-se praticamente inexistente, isso se levarmos em consideração o grau de importância que a qualificação profissional desse quesito tem para que se obtenha a inclusão.

É preciso dar total importância na qualificação profissional dos professores em geral. O debate a respeito da educação inclusiva passa inicialmente pelo quanto esses profissionais estão preparados para ensinar de forma inclusiva. Logicamente, a continuidade dos estudos após a formação acadêmica é de suma importância para que se alcance esse objetivo, já que, a história nos mostra que novas metodologias de ensino estão sempre surgindo a fim de aprimorar os resultados já alcançados.

É de suma importância que haja novos trabalhos e estudos complementares a esse, inclusive com pesquisa de campo. Abrangendo as escolas da rede municipal de ensino também as escolas particulares, de modo a contribuir ainda mais com os estudos voltados a esse tema em busca de se obter a inclusão.

REFERÊNCIAS

Livros, teses, dissertações e artigos.

ALMEIDA, Maria Amélia. Formação do professor para educação especial: história, legislação e competências. **Revista Educação Especial**, [S.l.], p. 23–32, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4912> Acesso em: 11 de abril de 2023.

BENITES, Cristiano da Silva. **Educação musical para crianças surdas utilizando tecnologia assistiva e robótica**. 2020. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Computação) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/364ff67f-3b7f-4d32-b0cc-a3f960061af7> Acesso em: 11 de outubro de 2023.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L. A Diversidade Através da História: a Inserção no Trabalho de Pessoas com Deficiência. **Organizações & Sociedade**, [S. l.], v. 41, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10881> Acesso em: 22 de junho de 2023.

CORRÊA, M. A. M. Marcos históricos internacionais da educação especial até o sec XX. In: CORRÊA, M. A. M. **Educação Especial (Disciplina)** Especialização em Turismo. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [S.d.]. 35 páginas. Notas de aula. Disponível em: <https://www.unirio.br/cch/escoladeturismologia/pasta-virtuais-de-docentes/maria-angela-monteiro-correa/educacao-especial-textos-da-disciplina> Acesso em: 21 de maio de 2023.

CORRENT, Nikolas. Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000089, 22/09/2016.

COSTA, V. A. da. Formação de professores e sua relação com a educação inclusiva: desafios à experiência teórica na práxis pedagógica. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 28, n. 52, p. 405–416, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/9628> Acesso em: 21 de outubro de 2023.

DUPIN, A. A. S. D.; SILVA, M. O. Educação especial e legislação brasileira: revisão de literatura. **Revista Scientia Vitae**, [S.L.], v. 10, n. 29, jul-set. 2020. Disponível em: <https://www.revistaifpsr.com/v10n29.htm> Acesso em: 11 de abril de 2023.

FERNANDES, David Augusto. Os excluídos: a lei de inclusão e o direito a igualdade. **Revista Jurídica direito & paz**, São Paulo, n. 39, p 196-218. 2018.

FERNANDES, L.B.; SCHLESENER, A.; MOSQUEIRA, C. Breve história da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba v.2, p.132 –144. 2011.

FIGUEIRA, Emílio. **A pessoa com deficiência na história da humanidade**: uma trajetória de silêncios e gritos. Ed. 4. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2021.

KEBACH, P.; DUARTE, R. Educação musical e educação especial: processos de inclusão no sistema regular de ensino. **Textos e Debates**, [S. l.], v. 2, n. 15, 2012.

LOURO, Viviane. **Educação musical e deficiência**: quebrando barreiras. [s.l.]. [s.n.]. [s.d.]. Disponível em: <https://musicaeinclusao.wordpress.com/2013/06/06/louro-viviane-educacao-musical-e-deficiencia-quebrando-os-preconceitos/> Acesso em: 28 de agosto de 2023.

LOURO, Viviane dos Santos; SANTOS, Alexandre Henrique dos. **Tecnologia, Música e Diversidade**: relato de experiência sobre um evento em prol da educação musical inclusiva. IV Encontro de Educação Musical Inclusiva: Tecnologia, Música e Diversidade (TeMuDi). Recife, p. 6-12, 2018.

LOURO, Viviane dos Santos; SILVA, Juracy Pereira da. A aplicabilidade do “Lápis Sonoro” em contexto pedagógico musical com uma criança com autismo. **IV Encontro de Educação Musical Inclusiva: Tecnologia, Música e Diversidade (TeMuDi)**. Recife, p. 88-94, 2018.

MIOLLA, A. M.; AMARAL, S. T. A visão histórica do tratamento dado à pessoa com deficiência. **Toledo Prudente Centro Universitário**, Presidente Prudente, v. 12, n. 12, 2016.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 7 – jan-dez. 2008.

MONTEIRO, C.M. *et al.* Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente. **Revista internacional de audición y lenguaje, logopedia, apoyo a la integración y multiculturalidad**, [s.l.], v. 2, n. 3, p. 221-233, jul. 2016.

MOREIRA, Marcos dos Santos. A educação musical no conservatório de música do estado de Sergipe: abordagem sócio-política, histórica e metodológica do projeto pedagógico de ensino. **Revista Educação Temática Digital**, Campinas-SP, v.8, n.2, p. 45-52, jun. 2007.

MUZI, Tatiana Gonçalves. **Inclusão e acessibilidade de na educação superior sob o enfoque de políticas públicas: o programa incluir.** Dissertação (Programa de pós-graduação em bens culturais de projetos sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/edba2273-8a0b-4003-9548-ec7584855894> Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

PACHECO, Katia Monteiro de Beneditto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. **A história da deficiência, da marginalização à inclusão social:** uma mudança de paradigma. São Paulo: Revista Acta Fisiátrica, agosto 2007. (p 242-248).

REIS, T. A. U. G.; CASTRO, G. A. S. Considerações na criação e produção de música Instrumental para Pessoas surdas: um relato de experiência composicional. **Revista Sonora**, [S.l.], v. 7, n. 13. 2018.

REZENDE, Joffre Marcondes de. **Ambroise Paré, o Cirurgião que Não Sabia Latim.** In: À sombra do plátano: crônicas de história da medicina. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, pp. 245-249.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Educação inclusiva: redefinindo a educação especial. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 3/4, p. 103-118, 2002.

SENRA, M. S.; ALVARES, T. S.; MATTOS, M. M. M. Inclusão escolar: os desafios da educação musical no ensino de crianças com tea. **Revista Interfaces**, n. 27, v. 2, jul-dez. 2022.

SHIN, Catarina

SILVA, Crislany Viana da; ALMEIDA, Cristiane Maria Galdino de. Educação Musical e Inclusão: um estudo sobre as práticas de professores de música no Ensino Fundamental. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 078–100, 2018.

SOARES, Lisbeth. **Música e deficiência:** propostas pedagógicas para uma prática inclusiva. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2954?show=full> Acesso em: 16 de outubro de 2023.

SOARES, Lisbeth. Programa de apoio pedagógico e inclusão: um estudo de caso. **Revista da ABEM**, [S. l.], v. 20, n. 27, 2014. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/160> Acesso em: 21 de janeiro de 2023.

SOUZA, Catarina Shin Lima de. **Música e inclusão:** necessidades educacionais especiais ou necessidades profissionais especiais?. 2010. Dissertação (Programa de Pós-graduação em

Música) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/9148> > Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

TOMÉ, Dolores. Musicografia Braille: instrumento de inserção e formação profissional. **Revista Artigo 1**, Rio de Janeiro, ed. 36, 2007. Disponível em: <http://antigo.ibc.gov.br/revistas/242-edicao-36-abril-de-2007> Acesso em: 23 de Setembro de 2023.

TRINDADE, Brasilena Gottshall Pinto; COSTA, Myrian Cristina Cardoso. Breves reflexões sobre os caminhos legais da presença da tecnologia para o ensino de música a educandos cegos e videntes. **IV Encontro de Educação Musical Inclusiva: Tecnologia, Música e Diversidade (TeMuDi)**. Recife, p. 13-20, 2018.

Leis:

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 1º de agosto de 2023

BRASIL. **LEI 8.213 de 24/07/1991 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 1 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 de dez.1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=Art.%201%C2%BA%20%C3%89%20institu%C3%ADa%20a,sua%20inclus%C3%A3o%20social%20e%20cidadania. Acesso em: 1 de fevereiro de 2024.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

Sites consultados:

BEZERRA, Juliana. **Divisão da História**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/divisao-da-historia/> . Acesso em: 19 jun. 2023.

BOURGEOIS-DOYEL, Dick. **O criador. George Klein e a primeira cadeira de rodas elétrica**. 2017. Disponível em: [O Criador: George Klein e a primeira cadeira de rodas elétrica - U of T Engineering News \(utoronto.ca\)](http://www.utoronto.ca/~engineering/news/GeorgeKlein.html) Acesso em: 8 de março de 2023

CABRAL, Dilma. **Imperial instituto dos meninos cegos**; Brasil Escola. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos> Acesso em 07 de março de 2023.

CABRAL, Dilma. **Instituto dos Surdos-Mudos**; Brasil Escola. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/365-instituto-dos-surdos-mudos> Acesso em: 7 de março de 2023.

GARCIA, Vera. **Cadeira de rodas e sua evolução histórica**. 2012. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/cadeira-de-rodas-e-sua-evolucao-historica.html> Acesso em: 8 de março de 2023

GARCIA, Vinícius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do mundo**. 2011. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/as-pessoas-com-deficiencia-na-historia-do-mundo.html> Acesso em: 27 de fevereiro de 2023. – INATIVO

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 8 de fevereiro de 2023

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Conservatório de Música de Sergipe**. Aracaju: 2024. Disponível em: <https://www.cmse.com.br/inicio> acesso em: 26 de novembro de 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura**. Aracaju: 2024. Disponível em: <https://seed.se.gov.br/redeEstadual/escolas-rede.asp> Acesso em: 26 novembro de 2023.

MENEZES, Ebenezzer Takuno de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/> . Acesso em 21 mai 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas com deficiência**. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. 2005: Disponível em: <https://napne.ifbaiano.edu.br/portal/?p=11> Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

ANEXO

Escolas da rede estadual em sua totalidade

DEA (Diretoria de Educação de Aracaju)

Cidade de Aracaju.

Não possuem professor de música.

- Centro de Atendimento Especializado João Cardoso Nascimento Junior⁷⁰.
- Centro de Excelência Vitória de Santa Maria⁷¹.
- Centro de Excelência Atheneu Sergipense⁷²
- Centro de Excelência Barão de Mauá⁷³
- Centro de Excelência Coronel Francisco de Souza Porto⁷⁴
- Centro de Excelência Dom Luciano Cabral Duarte⁷⁵
- Centro de Excelência Governador Augusto Franco⁷⁶
- Centro de Excelência Governador Djenal Tavares Queiroz⁷⁷
- Centro de Excelência John Kennedy⁷⁸
- Centro de Excelência Leandro Maciel⁷⁹
- Centro de Excelência Nelson Mandela⁸⁰
- Centro de Excelência Professor Gonçalo Rolemberg Leite⁸¹

⁷⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=42>

⁷¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=39>

⁷² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=16>

⁷³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=17>

⁷⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=50>

⁷⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=18>

⁷⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=19>

⁷⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=20>

⁷⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=61>

⁷⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=26>

⁸⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=31>

⁸¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=33>

- Centro de Excelência Professo João Costa⁸²
- Centro de Excelência Professor José Carlos de Souza⁸³
- Centro de Excelência Professor Paulo Freire⁸⁴
- Centro de Excelência Professora Maria Ivanda de Carvalho Nascimento⁸⁵
- Centro de Excelência Professora Ofenísia Soares Freire⁸⁶
- Centro de Excelência Santos Dumont⁸⁷
- Centro de Excelência Secretário de Estado Francisco Rosa Santos⁸⁸
- Centro de Referência de E.J.A Professor Severino Uchoa⁸⁹
- Colégio Estadual 17 de Março⁹⁰
- Colégio Estadual Alceu Amoroso Lima⁹¹
- Colégio Estadual Dr. Manuel Luiz⁹²
- Colégio Estadual General Siqueira⁹³
- Colégio Estadual Ivo do Prado⁹⁴
- Colégio Estadual Jornalista Paulo Costa⁹⁵
- Colégio Estadual José Augusto Ferraz⁹⁶
- Colégio Estadual Jugurta Barreto Lima⁹⁷

⁸² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=30>

⁸³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=22>

⁸⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=29>

⁸⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=13>

⁸⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=82>

⁸⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=35>

⁸⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=36>

⁸⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=14>

⁹⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=45>

⁹¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=48>

⁹² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=55>

⁹³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=58>

⁹⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=23>

⁹⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=62>

⁹⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=63>

⁹⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=21>

- Colégio Estadual Leonor Teles de Meneses⁹⁸
- Colégio Estadual Ministro Petronio Portela⁹⁹
- Colégio Estadual Monsenhor Carlo Camélio Costa¹⁰⁰
- Colégio Estadual Olavo Bilac¹⁰¹
- Colégio Estadual Paulino Nascimento¹⁰²
- Colégio Estadual Professor Acrísio Cruz¹⁰³
- Colégio Estadual Professor Arício Fontes¹⁰⁴
- Colégio Estadual Professor Benedito Oliveira¹⁰⁵
- Colégio Estadual Professor Francisco Portugal¹⁰⁶
- Colégio Estadual Professor Joaquim Vieira Sobral¹⁰⁷
- Colégio Estadual Professor Valnir Chagas¹⁰⁸
- Colégio Estadual Professora Áurea Melo¹⁰⁹
- Colégio Estadual Professora Maria das Graças Azevedo Melo¹¹⁰
- Colégio Estadual Senador Leite Neto¹¹¹
- Escola Estadual Embaixador Bilac Pinto¹¹²
- Escola Estadual Maria Marcia de Oliveira Moraes¹¹³

⁹⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=27>

⁹⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=28>

¹⁰⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=70>

¹⁰¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=72>

¹⁰² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=74>

¹⁰³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=77>

¹⁰⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=32>

¹⁰⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=84>

¹⁰⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=85>

¹⁰⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=34>

¹⁰⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=88>

¹⁰⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=76>

¹¹⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=37>

¹¹¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=94>

¹¹² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=57>

¹¹³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=79>

- Escola Estadual 08 de Maio¹¹⁴
- Escola Estadual 11 de Agosto¹¹⁵
- Escola Estadual 8 de Julho¹¹⁶
- Escola Estadual Augusto Maynard¹¹⁷
- Escola Estadual Clodoaldo de Alencar¹¹⁸
- Escola Estadual Desembargador João Alves de Andrade Lima¹¹⁹
- Escola Estadual Euvaldo Diniz Goncalves¹²⁰
- Escola Estadual Jancitho de Figueiredo Martins¹²¹
- Escola Estadual João Paulo II¹²²
- Escola Estadual José da Silva Ribeiro Filho¹²³
- Escola Estadual José de Alencar Cardoso¹²⁴
- Escola Estadual Manoel Dionísio de Santana¹²⁵
- Escola Estadual Ministro Geraldo Barreto Sobral Caic¹²⁶
- Escola Estadual Monteiro Lobato¹²⁷
- Escola Estadual Olimpia Bittencourt¹²⁸
- Escola Estadual Poeta Garcia Rosa¹²⁹

¹¹⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=99>

¹¹⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=43>

¹¹⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=47>

¹¹⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=49>

¹¹⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=51>

¹¹⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=53>

¹²⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=102>

¹²¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=54>

¹²² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=60>

¹²³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=64>

¹²⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=65>

¹²⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=67>

¹²⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=69>

¹²⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=71>

¹²⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=73>

¹²⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=75>

- Escola Estadual Professor Arthur Fortes¹³⁰
- Escola Estadual Professor Manoel Franco Freire¹³¹
- Escola Estadual Professor Ruy Eloy¹³²
- Escola Estadual Professora Judite Oliveira¹³³
- Escola Estadual Professora Myriam de Oliveira Santos Melo¹³⁴
- Escola Estadual Rodrigues Dorea¹³⁵
- Escola Estadual São Cristovão¹³⁶
- Escola Estadual São José¹³⁷
- Escola Estadual Woney Leal de Melo¹³⁸
- Instituto de Educação Ruy Barbosa¹³⁹
- Instituto Educacional Santa Terezinha do Menino Jesus¹⁴⁰

Possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação Profissional José Figueiredo Barreto¹⁴¹
- Centro de Excelência José Roellemberg Leite¹⁴²
- Colégio Estadual 24 de outubro¹⁴³
- Colégio Estadual Jackson de Figueiredo¹⁴⁴

¹³⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=83>

¹³¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=86>

¹³² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=87>

¹³³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=78>

¹³⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=80>

¹³⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=89>

¹³⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=90>

¹³⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=93>

¹³⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=81>

¹³⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=100>

¹⁴⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=101>

¹⁴¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=15>

¹⁴² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=25>

¹⁴³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=46>

¹⁴⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=24>

- Colégio Estadual Tobias Barreto¹⁴⁵

DRE01 (Diretoria Regional de Educação 01)

Cidade de Araua.

Não possuem professor de música.

-Centro de Excelência Manuel Bonfim¹⁴⁶

Cidade de Boquim.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Cleonice Soares da Fonseca¹⁴⁷

- Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral e Profissional Maria Fonte de Faria¹⁴⁸

- Colégio Estadual Padre José Gumercindo dos Santos¹⁴⁹

- Colégio Estadual Severino Cardoso¹⁵⁰

Cidade de Cristinápolis.

Não possuem professor de música.

- Centro De Excelência Leonardo Gomes de Carvalho Leite¹⁵¹

- Colégio Estadual Otávio de Souza Leite¹⁵²

Cidade de Estância.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Senador Walter Franco¹⁵³

¹⁴⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=38>

¹⁴⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=111>

¹⁴⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=128>

¹⁴⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=1356>

¹⁴⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=165>

¹⁵⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=139>

¹⁵¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=110>

¹⁵² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=116>

¹⁵³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=115>

- Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos Jorge Amado¹⁵⁴
- Colégio Estadual Arabela Ribeiro¹⁵⁵
- Colégio Estadual Gumercindo Bersa¹⁵⁶
- Colégio Estadual Professor Gilson Amado¹⁵⁷
- Escola Estadual Constâncio Vieira¹⁵⁸
- Escola Estadual Gilberto Amado¹⁵⁹

Cidade de Indiaroba.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Arquibaldo Mendonça¹⁶⁰
- Colégio Estadual Dionísio Machado¹⁶¹

Cidade de Itabaianinha.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Prefeito Joaldo Lima de Carvalho¹⁶²
- Colégio Estadual Monsenhor Olímpio Campos¹⁶³

Cidade de Itabaianinha.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Doutor Jessé Fontes¹⁶⁴

¹⁵⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=121>

¹⁵⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=103>

¹⁵⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=109>

¹⁵⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=113>

¹⁵⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=117>

¹⁵⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=120>

¹⁶⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=114>

¹⁶¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=118>

¹⁶² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=106>

¹⁶³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=122>

¹⁶⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=108>

- Colégio Estadual Professora Josefina Leite Campos¹⁶⁵

Cidade de Salgado.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Deputado Joaldo Vieira Barbosa¹⁶⁶
- Colégio Estadual Alencar Cardoso¹⁶⁷
- Colégio Estadual Francisco Barbosa Santos¹⁶⁸
- Escola Estadual José Conrado de Araújo¹⁶⁹

Cidade de Santa Luzia do Itanhy.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Comendador Calazans¹⁷⁰

Cidade de Tomar do Geru.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Dom José Vicente Távoa¹⁷¹
- Colégio Estadual Prefeito Pedro de Balbino¹⁷²

Cidade de Umbauba.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação Profissional Ulysses Guimarães¹⁷³
- Colégio Estadual Doutor Antônio Garcia Filho¹⁷⁴

DRE02 (Diretoria Regional de Educação 02)

¹⁶⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=123>

¹⁶⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=129>

¹⁶⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=126>

¹⁶⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=167>

¹⁶⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=155>

¹⁷⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=105>

¹⁷¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=119>

¹⁷² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=112>

¹⁷³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=1395>

¹⁷⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=107>

Cidade de Lagarto.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral Professor José Claudio de Monteiro¹⁷⁵
- Centro de Excelência Professor Abelardo Romero Dantas¹⁷⁶
- Colégio Estadual Dom Mário Rino Sivieri¹⁷⁷
- Colégio Estadual Douro Evandro Mendes¹⁷⁸
- Colégio Estadual Luiz Alves de Oliveira¹⁷⁹
- Colégio Estadual Monsenhor Juarez Santos Prata¹⁸⁰
- Colégio Estadual Silvio Romero¹⁸¹
- Colégio Estadual Escola Estadual Monsenhor Marinho¹⁸²
- Escola Estadual Nossa Senhora da Piedade¹⁸³
- Escola Senador Leite Neto¹⁸⁴
- Escola Rotary Clube¹⁸⁵

Cidade de Poço Verde.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Epifânio Dória¹⁸⁶
- Colégio Estadual Professor João de Oliveira¹⁸⁷

¹⁷⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=137>

¹⁷⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=134>

¹⁷⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=145>

¹⁷⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=146>

¹⁷⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=132>

¹⁸⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=161>

¹⁸¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=140>

¹⁸² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=162>

¹⁸³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=163>

¹⁸⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=171>

¹⁸⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=173>

¹⁸⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=147>

¹⁸⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=135>

- Colégio Estadual São José¹⁸⁸
- Colégio Estadual Sebastião da Fonseca¹⁸⁹
- Escola Estadual Antônio Muniz de Souza¹⁹⁰

Cidade de Riachão do Damtas.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral Lourival Fontes¹⁹¹
- Colégio Estadual Doutor Osman Hora Fontes¹⁹²
- Colégio Estadual Napoleão de Meneses Alves¹⁹³

Cidade de Simão Dias.

Não possuem professor de música.

- Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos Professor Marcos Ferreira¹⁹⁴
- Colégio Estadual Carmem do Prado Dantas do Amaral¹⁹⁵
- Colégio Estadual Fausto Cardoso¹⁹⁶
- Colégio Estadual Senador Lourival Baptista¹⁹⁷
- Escola Estadual Aristeu Carlos Valadares¹⁹⁸

¹⁸⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=136>

¹⁸⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=170>

¹⁹⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=142>

¹⁹¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=158>

¹⁹² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=131>

¹⁹³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=127>

¹⁹⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=124>

¹⁹⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=144>

¹⁹⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=148>

¹⁹⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=138>

¹⁹⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=143>

- Escola Estadual João Ferreira de Matos¹⁹⁹
- Escola Estadual João Matos de Carvalho²⁰⁰
- Escola Estadual José de Carvalho Deda²⁰¹
- Escola Estadual Maria de Lurdes Silveira Leite²⁰²
- Escola Estadual Pedro Valadares²⁰³
- Escola Estadual Vereador Manoel Sobrinho²⁰⁴

Possuem professor de música.

- Centro de Excelência Dr. Milton Dorta²⁰⁵

Cidade de Tobias Barreto.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Maria Rosa de Oliveira²⁰⁶
- Colégio Estadual Josefa Alves e Almeida²⁰⁷
- Colégio Estadual Abelardo Barreto do Rosário²⁰⁸
- Colégio Estadual João Antônio Cesar²⁰⁹
- Colégio Estadual Maria Lucilene de Almeida Santos²¹⁰
- Colégio Estadual Rural Engenheiro José Carvalho²¹¹
- Colégio Estadual Tobias Barreto²¹²

¹⁹⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=151>
²⁰⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=152>
²⁰¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=156>
²⁰² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=160>
²⁰³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=164>
²⁰⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=175>
²⁰⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=130>
²⁰⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=133>
²⁰⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=5501>
²⁰⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=125>
²⁰⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=150>
²¹⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=166>
²¹¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=169>
²¹² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=172>

- Colégio Estadual Rosinha Felipe²¹³

DRE03 (Diretoria Regional de Educação 03)

Cidade de Areia Branca.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Deputado Guido Azevedo²¹⁴
- Colégio Estadual Pedro Diniz Goncalves²¹⁵

Cidade de Campo do Brito.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Roque José De Souza²¹⁶
- Colégio Estadual Guilherme Campos²¹⁷
- Escola Estadual Dep. Francisco da Paixão²¹⁸

Cidade de Carira.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Professor Artur Fortes²¹⁹

Cidade de Frei Paulo.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Professor Gentil Tavares da Mota²²⁰
- Escola Estadual Martinho Garcez²²¹

Cidade de Itabaina.

²¹³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=168>

²¹⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=182>

²¹⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=215>

²¹⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=191>

²¹⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=201>

²¹⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=196>

²¹⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=189>

²²⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=190>

²²¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=212>

Não possuem professor de música.

- Centro De Excelência Doutor Augusto César Leite²²²
- Colégio Estadual Doutor Aírton Teles²²³
- Colégio Estadual Eduardo Silveira²²⁴
- Colégio Estadual Murilo Braga²²⁵
- Colégio Estadual Professor Nestor Carvalho Lima²²⁶
- Escola Estadual Deputado Manoel Teles²²⁷
- Escola Estadual Eliezer Porto²²⁸
- Escola Estadual Guilhermino Bezerra²²⁹
- Escola Estadual Vicente Machado Menezes²³⁰
- Escola Rotary Doutor Carlos Melo²³¹

Possuem professor de música.

- Colégio Estadual Padre Mendonça²³²

Cidade de Macambira.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos²³³

Cidade de Malhador.

Não possuem professor de música.

²²² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=179>

²²³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=197>

²²⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=180>

²²⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=187>

²²⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=220>

²²⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=217>

²²⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=199>

²²⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=202>

²³⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=222>

²³¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=223>

²³² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=195>

²³³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=186>

- Colégio Estadual São José²³⁴

- Colégio Estadual José Joaquim Cardoso²³⁵

Cidade de Moita Bonita.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Professora Maria Da Gloria Costa²³⁶

Possuem professor de música.

- Colégio Estadual Djenal Tavares de Queiroz²³⁷

Cidade de Nossa Senhora Aparecida.

Não possuem professor de música.

- Escola Estadual João Salonio²³⁸

Cidade de Pedra Mole.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Augusto Franco²³⁹

Cidade de Pinhão.

4.1.4.11.1 Não possuem professor de música.

- Centro De Excelência De Educação Em Tempo Integral Professora Anita Passos De Oliveira²⁴⁰

Cidade de Ribeirópolis.

Não possuem professor de música.

- Centro De Excelência Abdias Bezerra²⁴¹

²³⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=184>

²³⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=221>

²³⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=200>

²³⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=178>

²³⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=203>

²³⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=177>

²⁴⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=188>

²⁴¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=192>

- Colégio Estadual Joao XXIII²⁴²

- Escola Estadual Josué Passos²⁴³

Cidade de São Miguel do Aleixo.

Não possuem professor de música.

- Centro De Excelência Emeliano Ribeiro²⁴⁴

Cidade de São Domingos.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Miguel Das Graças²⁴⁵

DRE04 (Diretoria Regional de Educação 04)

Cidade de Capela.

Não possuem professor de música.

- Centro De Excelência Edelzio Vieira De Melo²⁴⁶

- Colégio Estadual Coelho e Campos²⁴⁷

- Colégio Estadual Irmã Maria Clemência²⁴⁸

- Escola Estadual Maria da Gloria Mota Cabral²⁴⁹

- Escola Estadual Monsenhor Eraldo Barbosa de Almeida²⁵⁰

- Escola Estadual Professora Maria Berenice Barreto Alves²⁵¹

Cidade de Carmópolis.

Não possuem professor de música.

²⁴² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=183>

²⁴³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=206>

²⁴⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=181>

²⁴⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=213>

²⁴⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=231>

²⁴⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=238>

²⁴⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=232>

²⁴⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=243>

²⁵⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=242>

²⁵¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=240>

- Centro Estadual de Educação Profissional Governador Marcelo Déda Chagas²⁵²

- Colégio Estadual Poeta José Sampaio²⁵³

Cidade de Divina Pastora.

Não possuem professor de música

- Centro de Excelência Doutor João de Melo Prado²⁵⁴

Cidade de General Maynard.

Não possuem professor de música

- Centro de Excelência Professora Maria Conceição de Santana²⁵⁵

Cidade de Japaratuba.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Senador Gonçalo Rollemberg²⁵⁶

- Colégio Estadual José de Matos Teles²⁵⁷

Cidade de Pirambu.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual José Amaral Lemos²⁵⁸

Cidade de Rosário do Catete.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Leandro Maciel²⁵⁹

Cidade de Santa Rosa de Lima.

Não possuem professor de música.

²⁵² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=1355>

²⁵³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=236>

²⁵⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=246>

²⁵⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=235>

²⁵⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=241>

²⁵⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=234>

²⁵⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=233>

²⁵⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=239>

- Centro de Excelência Dr. Edelzio Vieira De Melo²⁶⁰

Cidade de Siriri.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Coronel José Joaquim Barbosa²⁶¹

DRE05 (Diretoria Regional de Educação 05)

Cidade de Aquidabã.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Francisco Figueiredo²⁶²
- Colégio Estadual Nações Unidas²⁶³
- Escola Estadual Milton Azevedo²⁶⁴

Cidade de Cumbe.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Alcebíades Paes²⁶⁵

Cidade de Feira Nova.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral Maria Montessori²⁶⁶

Cidade de Gracho Cardoso.

Possuem professor de música.

- Colégio Estadual Manoel Alcino do Nascimento²⁶⁷

Cidade de Feira Nova.

²⁶⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=317>

²⁶¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=245>

²⁶² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=261>

²⁶³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=288>

²⁶⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=287>

²⁶⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=244>

²⁶⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=382>

²⁶⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=248>

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Maria das Graças Menezes Moura²⁶⁸

Cidade de Nossa Senhora das Dores.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Professor Fernando Azevedo²⁶⁹

Possuem professor de música.

- Centro de Excelência Educação Profissionalizante Berila Alves de Almeida²⁷⁰
- Colégio Estadual General Calazans²⁷¹

DRE06 (Diretoria Regional de Educação 06)

Cidade de Amparo do São Francisco.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação Em Tempo Integral Manoel Joaquim de Oliveira Campos²⁷²

Cidade de Brejo Grande.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Quilombola 03 de Maio²⁷³
- Centro de Excelência Dr. Luiz Garcia²⁷⁴

Cidade de Canhoba.

Possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral São Francisco de Assis²⁷⁵

²⁶⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=302>

²⁶⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=249>

²⁷⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=1388>

²⁷¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=247>

²⁷² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=268>

²⁷³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=274>

²⁷⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=258>

²⁷⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=271>

Cidade de Cedro de São João.

4.1.7.4.1 Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Manuel Dantas²⁷⁶

Cidade de Cedro de São João.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Doutor Jessé Trindade²⁷⁷
- Colégio Estadual Professor Antônio Calixto de Figueiredo Cruz²⁷⁸
- Escola Estadual Manoel Antônio Pereira²⁷⁹

Cidade de Cedro de São João.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Josino Menezes²⁸⁰
- Colégio Estadual Otávio Bezerra²⁸¹
- Colégio Estadual Professora Maria Vieira da Silva Santos²⁸²
- Colégio Estadual Professora Roberta Ramalho De Souza²⁸³
- Escola Família Agrícola de Ladeirinhas²⁸⁴

Cidade de Malhada dos Bois.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral Emiliano Guimarães²⁸⁵

Cidade de Muribeca.

²⁷⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=269>

²⁷⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=256>

²⁷⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=292>

²⁷⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=285>

²⁸⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=265>

²⁸¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=290>

²⁸² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=266>

²⁸³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=270>

²⁸⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=251>

²⁸⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=259>

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Almirante Barroso²⁸⁶

Cidade de Neópolis.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Marechal Pereira Lobo²⁸⁷
- Colégio Estadual Caldas Junior²⁸⁸
- Colégio Estadual Governador Geral Manoel de Miranda²⁸⁹
- Colégio Estadual Zeca Pereira²⁹⁰
- Escola de Ensino Fundamental Sagrada Família²⁹¹
- Escola Estadual Monsenhor José Moreno de Sant'ana²⁹²

Possuem professor de música.

- Centro Estadual de Educação Profissional Agonalto Pacheco Silva²⁹³

Cidade de Pacatuba.

Possuem professor de música.

- Centro de Excelência Dr. Leandro Maciel²⁹⁴
- Colégio Estadual Nossa Senhora Santana²⁹⁵

Cidade de Propriá.

²⁸⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=229>

²⁸⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=267>

²⁸⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=254>

²⁸⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=281>

²⁹⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=295>

²⁹¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=273>

²⁹² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=272>

²⁹³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=252>

²⁹⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=257>

²⁹⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=289>

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Joana de Freitas Barbosa²⁹⁶
- Colégio Estadual Coronel João Fernandes de Brito²⁹⁷
- Colégio Estadual Dom Antônio Dos Santos Cabral²⁹⁸
- Colégio Estadual Graccho Cardoso²⁹⁹
- Colégio Estadual Professor Cezário Siqueira³⁰⁰
- Escola Estadual Professor Irmão Salatiel Franciscano do Amaral³⁰¹

Cidade de Santana do São Francisco.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Antônio Mathias Barroso³⁰²
- Colégio Estadual Professor Gomes Neto³⁰³

Cidade de São Francisco.

Não possuem professor de música.

- Centro Excelência de Educação em Tempo Integral João Dias Guimarães³⁰⁴

Cidade de Telha.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral Manoel Joaquim de Oliveira Campos³⁰⁵

DRE07 (Diretoria Regional de Educação 08)

²⁹⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=262>

²⁹⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=255>

²⁹⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=277>

²⁹⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=282>

³⁰⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=293>

³⁰¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=278>

³⁰² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=253>

³⁰³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=294>

³⁰⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=263>

³⁰⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=268>

Cidade de Gararu.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Nelson Rezende de Albuquerque³⁰⁶
- Colégio Estadual Professor Jose Augusto da Rocha Lima³⁰⁷
- Escola Estadual Monsenhor Rangel³⁰⁸

Cidade de Nossa Senhora de Lourdes.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Almirante Tamandaré³⁰⁹
- Colégio Estadual Monsenhor Fernando Graça Leite³¹⁰
- Escola Estadual Professora Eulina Batista e Melo³¹¹

Cidade de Porto da Folha.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Governador Lourival Baptista³¹²
- Centro de Excelência Quilombola 27 de Maio³¹³
- Colégio Estadual Cel. Maynard Gomes³¹⁴
- Colégio Estadual Pedro Alves de Souza³¹⁵
- Colégio Estadual Professora Clemencia Alves da Silva³¹⁶
- Colégio Estadual Professora Maria Zenite dos Santos³¹⁷

³⁰⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=300>

³⁰⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=298>

³⁰⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=308>

³⁰⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=296>

³¹⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=299>

³¹¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=310>

³¹² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=297>

³¹³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=305>

³¹⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=307>

³¹⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=301>

³¹⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=303>

³¹⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=304>

- Colégio Indígena Estadual Dom José Brandão de Castro³¹⁸

DRE08 (Diretoria Regional de Educação 08)

Cidade de Barra dos Coqueiros.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral Dr. Carlos Firpo³¹⁹
- Colégio Estadual Professor Jose Franklin³²⁰
- Escola Reunidas Coelho Neto³²¹

Cidade de Itaporanga D'ajuda.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Felisbello Freire³²²
- Colégio Estadual Hélio Wanderley Sobral Carvalho³²³
- Colégio Estadual Pedro Almeida Valadares³²⁴
- Escola Estadual Francisco Sales Sobral³²⁵
- Escola Estadual Jose Sobral Garcez³²⁶

Cidade de Laranjeiras.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Cônego Filadelfo Oliveira³²⁷
- Colégio Estadual Professora Zizinha Guimaraes³²⁸

³¹⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=306>

³¹⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=316>

³²⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=361>

³²¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=367>

³²² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=318>

³²³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=340>

³²⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=348>

³²⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=338>

³²⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=345>

³²⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=335>

³²⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=327>

- Escola Estadual Joao Ribeiro³²⁹

Cidade de Maruim.

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Felipe Tiago Gomes³³⁰

Possuem professor de música.

- Centro de Excelência Dr. Alcides Pereira³³¹

Cidade de Nossa Senhora do Socorro.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Dep. Jonas Amaral³³²
- Centro de Excelência Educação Profissionalizante Professora Neuzice Barreto³³³
- Centro de Excelência Gilberto Freire³³⁴
- Centro de Excelência Poeta José Sampaio³³⁵
- Colégio Estadual Alfredo Montes³³⁶
- Colégio Estadual Frei Inocência³³⁷
- Colégio Estadual Joao Batista Nascimento³³⁸
- Colégio Estadual Jorge Amado³³⁹
- Colégio Estadual Presidente Juscelino Kubitschek³⁴⁰
- Colégio Estadual Prof. Leão Magno Brasil³⁴¹

³²⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=342>

³³⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=237>

³³¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=230>

³³² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=331>

³³³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=1397>

³³⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=319>

³³⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=323>

³³⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=314>

³³⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=339>

³³⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=321>

³³⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=343>

³⁴⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=324>

³⁴¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=330>

- Colégio Estadual Professor Antônio Fontes Freitas³⁴²
- Colégio Estadual Professor Jose Barreto Fontes³⁴³
- Escola Estadual Joao Arlindo de Jesus³⁴⁴
- Escola Estadual Jornalista Celio Nunes³⁴⁵
- Escola Estadual Jose Freire da Costa Pinto³⁴⁶
- Escola Estadual Marinalva Alves³⁴⁷
- Escola Estadual Professor Diomedes Santos da Silva³⁴⁸
- Escola Estadual Professora Agda Fontes Ferreira³⁴⁹
- Escola Estadual Professora Cecinha Melo Costa³⁵⁰
- Escola Estadual Professora Julia Teles³⁵¹
- Escola Rural Educador Paulo Freire³⁵²

Possuem professor de música.

- Centro de Excelência Educação Profissional Governador Seixas Dória³⁵³
- Colégio Estadual Maria Jose Santos Souza³⁵⁴
- Escola Estadual Poeta Joao Freire Ribeiro³⁵⁵
- Escola Estadual Zumbi dos Palmares³⁵⁶

Cidade de Riachuelo.

³⁴² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=326>

³⁴³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=329>

³⁴⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=341>

³⁴⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=356>

³⁴⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=344>

³⁴⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=347>

³⁴⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=358>

³⁴⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=350>

³⁵⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=357>

³⁵¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=351>

³⁵² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=369>

³⁵³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=1363>

³⁵⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=352>

³⁵⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=349>

³⁵⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=364>

Não possuem professor de música.

- Colégio Estadual Prof^a. Maria De Lourdes Gois³⁵⁷

Cidade de Santo Amaro das Brotas.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação Em Tempo Integral Professor Rogaciano Magno Leão Brasil³⁵⁸

- Escola Menino Jesus de Sion³⁵⁹

Possuem professor de música.

- Colégio Estadual Esperidião Monteiro³⁶⁰

Cidade de São Cristovão.

Não possuem professor de música.

- Centro De Excelência Professor Hamilton Alves Rocha³⁶¹
- Colégio Estadual Armino Guarani³⁶²
- Colégio Estadual Deputado Elisio Carmelo³⁶³
- Colégio Estadual Prof. Glorita Portugal³⁶⁴
- Colégio Estadual Professora Clarice da Silva³⁶⁵
- Colégio Estadual Senador Paulo Sarasate³⁶⁶
- Escola Estadual Luiz Guimaraes³⁶⁷

³⁵⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=320>

³⁵⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=332>

³⁵⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=365>

³⁶⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=336>

³⁶¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=328>

³⁶² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=334>

³⁶³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=315>

³⁶⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=325>

³⁶⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=355>

³⁶⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=363>

³⁶⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=346>

- Escola Estadual Professor Manoel dos Passos de Oliveira Teles³⁶⁸

- Escola Estadual Professora Normélia Araújo Melo³⁶⁹

Possuem professor de música.

- Colégio Estadual Padre Gaspar Lourenco³⁷⁰

- Escola Estadual Professora Neide Mesquita³⁷¹

DRE09 (Diretoria Regional de Educação 09)

Cidade de Canindé de São Francisco.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Dom Juvêncio de Britto³⁷²

- Colégio Estadual Delmiro de Miranda Britto³⁷³

Cidade de Monte Alegre.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência 28 de Janeiro³⁷⁴

- Colégio Estadual José Inácio de Farias³⁷⁵

Cidade de Nossa Senhora da Glória.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência Manoel Messias Feitosa³⁷⁶

- Colégio Estadual Cícero Bezerra³⁷⁷

³⁶⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=359>

³⁶⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=362>

³⁷⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=322>

³⁷¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=353>

³⁷² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=384>

³⁷³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=380>

³⁷⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=378>

³⁷⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=386>

³⁷⁶ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=376>

³⁷⁷ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=379>

- Escola Estadual Padre Leon Gregório³⁷⁸

- Escola Estadual Professora Evangelina Azevedo³⁷⁹

Cidade de Poço Redondo.

Não possuem professor de música.

- Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral e Profissional Dom Jose Brandao de Castro³⁸⁰

- Centro de Excelência Professora Noêmia de Souza³⁸¹

- Colégio Estadual Professor José Aribaldo de Campos Lima³⁸²

- Colégio Estadual Professor Justiniano de Melo E Silva³⁸³

- Escola Estadual Durval Rodrigues Rosa³⁸⁴

- Escola Estadual Teotônio Alves China³⁸⁵

³⁷⁸ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=390>

³⁷⁹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=388>

³⁸⁰ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=377>

³⁸¹ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=383>

³⁸² <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=387>

³⁸³ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=381>

³⁸⁴ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=385>

³⁸⁵ <https://www.seduc.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=389>